

Portaria nº 134 de 27 de maio de 2026

Altera a Portaria n.º 185 de 14 de julho de 2025, que constituiu a 1ª Comissão de Tecnologia – COTEC e revoga a Portaria nº 50 de 25 de fevereiro de 2026, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir a eficiência e a continuidade das atividades relativas aos processos de aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação;

**CONSIDERANDO** a criação e reformulação periódica das Comissões Permanentes e Especiais, visando atender aos princípios da legalidade, eficiência e transparência na Administração Pública;

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar os incisos do Art. 1º da Portaria n.º 185 de 14 de julho de 2025, designando os servidores abaixo relacionados para a composição da Comissão de Tecnologia:

**I - Agente de contratação:**

a) Gabriel Alves da Silva Gama n.º: \*\*\*\*\*238.

**II - Equipe de Apoio:**

a) Cristian Ferreira **Cataca** n.º: \*\*\*\*\*292;

b) Julie Cavalcante Pinheiro n.º: \*\*\*\*\*309;

§ 1º O servidor indicado no inciso I, alínea a), atuará como **Presidente e Pregoeiro**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como **pregoeiro substituto** o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, que desempenhará as atividades inerentes ao pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

**Art. 2º** Revogar a Portaria nº 50 de 25 de fevereiro de 2026.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA**  
Superintendente Estadual de Compras e Licitações



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão de Tecnologia - SUPEL-COTEC

**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90057/2026/SUPEL/RO**

Para o **ITEM ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, **sem** a reserva de **cota de até 25%** para as **ME/EPP**

**RESUMO DOS DADOS**

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 18/06/2026, às 11h (horário de Brasília) sítio: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 15/06/2026.
--	--

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet, por meio de infraestrutura em fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, 14 endereços IP públicos válidos, alta disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS), incluindo implantação, ativação, monitoramento, suporte técnico e manutenção, destinados a atender às necessidades institucionais da SEPOG.

**FUNDAMENTO:**

Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.  
Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024.  
dentre outros.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO : 0035.000099/2026-90**

**UASG:** 925373

**ENDEREÇO ELETRÔNICO :** <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**ORÇAMENTO ANUAL**

R\$ 113.549,40 (cento e treze mil quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos)

**VISTORIA**

**INSTRUMENTO CONTRATUAL**

N/A		Contrato	
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>			
<b>Requisitos Básicos:</b> <b>1. Habilitação jurídica:</b> Conforme estabelecido no <b>item 21.1</b> e subitens do Termo de Referência. <b>2. Qualificação econômico e financeira:</b> Conforme estabelecido no <b>item 21.2</b> e subitens do Termo de Referência. <b>3. Regularidade Fiscal, social e trabalhista:</b> Conforme estabelecido no <b>item 22</b> e subitens do Termo de Referência. <b>4. Qualificação técnica:</b> Conforme estabelecido no <b>item 21.3</b> e subitens do Termo de Referência.		<b>Requisitos Específicos:</b>	
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	<b>RESERVA ME/EPP?</b>	<b>COTA</b>	<b>EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?</b>
Não	Não		Não
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>		<b>CONTRATAÇÃO</b>
Menor Preço POR ITEM	Aberto		Sim
<b>TELEFONES PARA CONTATO</b>			<b>E-MAIL PARA CONTATO:</b>
Telefone: 69.3212-9243			<a href="mailto:supelcotec@gmail.com">supelcotec@gmail.com</a>
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>			
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.			
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número <b>90000</b> antes do número do certame. (ex.: <b>90001/2024</b> )			

## SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO;
3. DO OBJETO;
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
7. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;

9. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
11. DO RECURSO;
12. DA HOMOLOGAÇÃO;
13. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE;
15. DA RESCISÃO CONTRATUAL;
16. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL;
17. DO PAGAMENTO;
18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;
20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE;
21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
23. DOS ANEXOS;

## 1. DO PREÂMBULO

**1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES**, por meio da **Portaria n.º 134/2026/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data 27 de maio de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **sob o n.º 90057/2026/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal n.º. 14.133, de 2021](#) e [Decreto Estadual n.º 28.874/2024](#), a [Lei Complementar n.º 123/06](#) e Decreto Estadual n.º 21.675/2017, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

## 2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo n.º 0035.000099/2026-90**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2.2. O processo acima mencionado poderá ser consultado por meio do Sistema Eletrônico de Informações-SEI (<https://www.sei.ro.gov.br/sobre>).

## 3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet, por meio de infraestrutura em fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, 14 endereços IP públicos válidos, alta disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS), incluindo implantação, ativação, monitoramento, suporte técnico e manutenção, destinados a atender às necessidades institucionais da SEPOG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I.

3.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3.3. **Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 4.3. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

**4.3. Das Especificações Técnicas/quantidade**

Item	Descrição	Unid.	Quant.	CATMAT/CATSER
01	Serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet, por meio de fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, endereços 14 IP públicos válidos, garantia de alta disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques DDoS. Velocidade 1Gbps	Serviço mensal	12 meses	26506

(...)

3.4. **Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 4.4 a 4.6 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

**4.4. Das condições Gerais e Garantia do Serviço/Materiais**

4.5. Todos os serviços comuns ofertados, no que couber, deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

4.6. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

(...)

3.7. **Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 27 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

**27. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

27.1. A fiscalização do contrato será realizado por comissão designada pela administração pública, que irá fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 117, da Lei 14.133/21, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionados a execução do contrato.

27.2. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo se depender de modificação de cálculo ou teste, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso;

27.3. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

27.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da

conformidade do objeto/serviço, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art 117 e 140 da Lei 14.133 de Abril de 2021.

27.5. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do serviço e do contrato.

27.6. A verificação da adequação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

27.7. A fiscalização será feita por uma comissão especialmente nomeada para este fim pela **Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**, através de portaria a ser publicada no diário oficial do Estado.

27.8. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, conforme § 3º, da Lei 14.133/21.

#### **27.9. Gestor do Contrato**

27.9.1. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

27.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

(...)

**3.8. Da entrega/recebimento:** Ficam aquelas estabelecidas no **item 13** e subitens do **Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

### **13. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO**

#### **13.1. Da Forma de Entrega**

13.1.1. O local de entrega do serviço será no **Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Pacaa's, 4º andar, onde funciona a Gerência de Informática da SEPOG**, sito a Av. Farquar, 3056 - Bairro: Pedrinhas – CEP: 76.820-408 – Porto Velho – RO. Horário: 08h00min às 13h30min de segunda a sexta-feira.

#### **13.2. Do Prazo**

13.2.1. O prazo de entrega dos serviços deverá ser de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de assinatura do Contrato, estabelecido pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG/RO.

#### **13.3. Das Condições de Recebimento**

13.3.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança durante a prestação do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual.

13.3.2. A critério exclusivo da Comissão de Recebimento, poderão ser realizados testes nos serviços de internet de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência.

13.3.3. Sendo satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo.

13.3.4. Caso insatisfatório, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações, onde a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar a respeito das desconformidades. Findado o prazo para manifestação, a Contratada deverá substituir o objeto dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.3.5. Caso a substituição não ocorra no prazo mencionado no item 13.3.4, a Contratada incorrerá em atraso na entrega, estará sujeita à aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

13.3.6. Todos os custos de substituição do serviço, caso rejeitada, ocorrerão exclusivamente as expensas da Contratada.

13.3.7. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço fornecido, cabendo-lhe sanar qualquer irregularidade detectada quando da utilização do mesmo.

13.3.8. Todas as despesas com taxas, impostos, encargos incidentes, deverão ser inclusos no preço



da proposta e em hipótese alguma poderão ser cobrados em separado quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura.

13.3.9. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório/Termo de Recusa, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

#### **13.4. Da Comissão de Recebimento:**

13.5. A comissão de recebimento provisório e definitivo realizará o relatório técnico para posterior emissão de recebimento definitivo, onde será designado os fiscais e gestor de contrato, por meio de Portaria devidamente publicada, após a elaboração do contrato.

13.5.1. É de competência da comissão de recebimento provisório e definitivo:

I – Verificar questões físicas do objeto/serviço adquirido para constatar a integridade conforme estipulado em Termo de Referência.

II – Verificar a conformidade com a quantidade e especificações constantes do Termo de Referência.

#### **13.5.2. O Recebimento dos Serviços**

13.5.2.1. O serviço será recebido conforme disposição do artigo 140, inciso I da Lei 14.133/21:

#### **13.5.3. Do prazo de recebimento provisório e definitivo:**

**a) Provisoriamente, até 5 (cinco) dias úteis**, para posterior verificação da entrega do serviço, com as especificações deste termo de referência, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.

**b) Definitivamente, até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação da compatibilidade das especificações do serviço entregue mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo devidamente assinado pela comissão.

(...)

## **4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

4.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

4.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: [supelcotec@gmail.com](mailto:supelcotec@gmail.com);

4.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

4.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

4.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

4.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras

do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

5.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

5.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**5.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

5.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

5.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

5.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

5.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

5.6.4. Aquele que se enquadre no disposto do art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

5.6.5. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**5.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 18 do Anexo I - Termo de Referência, conforme transcrevemos:**

(...)

**18. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista o serviço a ser executado não ser de grande porte, tampouco execução técnica complexa, tornando operacionalmente inviável de ser executado por mais de uma empresa, não incidindo a aplicação do art. 15, da **Lei Federal Nº 14.133/21**. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o serviço a ser contratado envolver questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos mínimo de habilitação do edital.

(...)

**5.6.7 Da subcontratação:** Ficam aquelas estabelecidas no item 17 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

**17. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

17.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do serviço pela Contratada à outra empresa.

17.2. A vedação à subcontratação, cessão e/ou transferência neste projeto é essencial, não apenas para manter a alta qualidade e segurança na disponibilização dos domínios da SEPOG, mas



também devido às especificidades do mercado

(...)

## **6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

6.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

6.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

6.2.1. Declaração, em campo próprio, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

6.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

**6.4 Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.**

## **7. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

7.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

7.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, com os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

7.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

7.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

7.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o [item 20 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência](#), que somente será pública após a fase de lances.

## **8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE**

8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

8.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO, conforme item 20.4 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

#### 20.4. Do Modo de Disputa

20.4.1. Aberto.

(...)

8.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

8.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

8.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.12. Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço

válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação.

## **9. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

9.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

9.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

9.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

9.3.1.1. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

9.3.2. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, em caso de descumprimento das exigências.

9.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

9.5. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

9.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

9.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no item 19.6 do Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 20.1 e 20.2 do Anexo I - termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

**20.1. Da Forma de Seleção e critério de Julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio de licitação PREGÃO ELETRÔNICO, CUJO CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ O DE MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento em que a proposta mais vantajosa para a Administração é a de menor preço por item.

(...)

(...)

**20.2. Da Validade da Proposta**

20.2.1. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de homologação do certame.

20.2.2. Decorridos 90 dias da data homologação do certame sem a convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

(...)

9.9. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.9.1. A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, para que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

9.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 9.9.1. serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

9.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

9.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

9.9.4. O procedimento mencionado no item 9.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

9.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante do documento da proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no para fins de homologação.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

10.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

10.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**10.6. O não atendimento às exigências desta fase, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no item 25. – Das Penalidades deste Edital.**

10.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

10.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9. O Pregoeiro, após a aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

**10.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

10.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.12. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

10.12.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

10.12.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 10.12.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.12.3. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 10.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **10.13. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**10.13.1.** Os critérios de regularidade fiscal, social e trabalhista a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 22 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

## **22. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

### **22.1. Regularidade Fiscal**

22.1.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

22.1.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

22.1.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

22.1.4. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

22.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

22.1.6. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

### **22.2. Do cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**

22.2.1. O licitante deverá apresentar declaração, relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

### **22.3. Do cumprimento da Instrução Normativa nº 10/2025 (Imposto de Renda Retido na Fonte)**

22.3.1. A obrigação de retenção do Imposto de Renda alcançará todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos efetuados por órgãos da Administração Pública Direta do estado de Rondônia, autarquias e fundações públicas e, ainda, por empresas estatais dependentes.

22.3.2. Para que se formalize as hipóteses de isenção e imunidade tributária, o representante legal da Pessoa Jurídica contratada deverá apresentar, no momento da celebração do contrato, ajuste ou instrumento congênere, bem como no momento de eventuais prorrogações, Declaração ao estado de Rondônia, conforme os seguintes modelos:

- Declaração de Instituições Inscritas no Simples Nacional;

- Declaração de Instituições de Educação e Assistência Social e CEBAS;

- Declaração de Instituições de Caráter Filantrópico, Recreativo, Cultural, Científico e Associações Cívicas e CEBAS;

### **22.4. Do cumprimento do disposto no inciso XVII do art. 92º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº14.133/2021.**

22.4.1. O licitante deverá apresentar declaração, relativa ao cumprimento do disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei nº14.133/21 para reserva de cargos prevista em lei, para pessoa com deficiência:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

### **22.5. Do cumprimento do disposto no inciso VI do art. 67 a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº14.133/2021.**

22.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.



(...)

## **10.14. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**10.14.1.** Os critérios de habilitação jurídica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 21.1. e seus subitens do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### **21.1. Habilitação Jurídica**

21.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

21.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

21.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

21.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

21.1.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;

21.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

21.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

(...)

## **10.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

**10.15.1.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 21.2. e seus subitens do Anexo I deste edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### **21.2. Qualificação econômico financeiro**

21.2.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar os documentos relacionados a seguir, em conformidade com o artigo 69, da Lei 14.133/2021.

21.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 3% (três por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando.

21.2.3. A exigência de garantia ou de comprovação de capacidade econômico-financeira em percentual de 3% do valor estimado da contratação mostra-se adequada, proporcional e suficiente para resguardar a Administração quanto ao risco de inadimplemento contratual, sem, contudo, restringir indevidamente a competitividade do certame, em conformidade com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 28.874/2024. Trata-se de contratação de serviço comum de natureza continuada, amplamente ofertado no mercado de telecomunicações, com baixa complexidade operacional e elevada competitividade entre fornecedores. Nesse contexto, a adoção de percentual moderado — inferior ao limite máximo usualmente admitido pela legislação — evita a imposição de barreiras excessivas à participação de empresas, especialmente de médio porte, ao mesmo tempo em que assegura um nível mínimo de solidez financeira necessário à execução contratual.

21.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

21.2.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

21.2.6. O Balanço Patrimonial é necessário em função do caso não se enquadrar no Art. 70, III da Lei nº 14.133/21.

21.2.7. Certidão Negativa de Feitos sobre Falência nos termos da Lei 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, nos **últimos 90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

21.2.8. A exigência dos documentos de qualificação econômica e financeira constantes do item 21.2, são indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações do objeto deste Termo de Referência.

(...)

## **10.16. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.16.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 21.3. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência deste Edital, conforme transcrevemos:

(...)

### **21.3. Da Qualificação Técnica**

21.3.1. Para fins de qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, (declaração ou certidão) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto da licitação, em conformidade com o artigo 67, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/2021.

21.3.2. Considerando o quantitativo de aquisição para o item 1 do item 4.3 do TR, as empresas deverão apresentar atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já forneceu serviço assemelhados com o item, no percentual de 20% (vinte por cento).

21.3.3. Justifica-se os percentuais expressos nos itens acima, pois é necessário compreender o contexto de exigência de qualificação técnica, conforme previsto na Lei 14.133/2021, e a importância de garantir a idoneidade e a capacidade das empresas licitantes. A definição de percentuais, como os 20% mencionados, serve como um critério objetivo para avaliar a experiência prévia da empresa e sua capacidade de atender a demanda da contratação. O percentual de 20% é estabelecido para assegurar que a empresa participante tenha um histórico comprovado de fornecimento ou execução de serviços semelhantes ao objeto da licitação em escala proporcional. Isso significa que o licitante deve demonstrar que já executou, em algum momento, serviços equivalentes a pelo menos 20% daquilo que está sendo solicitado na licitação.

21.3.3.1. Dessa forma, o percentual de 20% para a comprovação de qualificação técnica está em conformidade com o princípio da razoabilidade e da isonomia, ao mesmo tempo que assegura a participação de empresas com experiência mínima comprovada e capacidade técnica compatível com o objeto da licitação.

21.3.4. Considerando o valor da contratação do item 7 do TR, as empresas deverão apresentar atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já forneceu serviço assemelhados com o item, no percentual de 20% (vinte por cento).

21.3.5. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora(razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade.

21.3.6. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista na lei federal nº 14.133/2021, para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do atestado.

21.3.7. A exigência dos documentos de qualificação técnica constantes do item 21.3, são indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações do objeto deste Termo de Referência.

(...)

10.17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.17.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no

País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

#### **10.18. DAS DECLARAÇÕES:**

10.18.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações, exclusivamente em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, não sendo necessária a juntada das mesmas com os demais documentos de habilitação/proposta:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação
- b) Declaração, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.
- d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- e) Declaração caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).
- f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- g) Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência

10.19. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

#### **11. DO RECURSO**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de JULGAMENTO e HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

11.2. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

11.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

- 11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.9. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **12. DA HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **13. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

13.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE/ VIGÊNCIA CONTRATUAL/ GARANTIA CONTRATUAL**

14.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 26 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

### **26. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

26.1. A formalização da contratação se dará através de Contrato Administrativo, conforme disposto no Art. 92 e 95 da Lei nº 14.133/21.

26.2. Administração convocará o interessado para assinatura do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data da ciência ao chamamento, firmar o instrumento nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

26.3. A convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte Contratada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo **justificado** e aceito pela Administração.

26.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas, prevista no artigo 90, parágrafo 2º da Lei 14.133/21.

26.5. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitindo inclusive a negociação com o contratado.

26.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante estabelecidas na Lei. 14.133/21.

26.7. Toda e qualquer modificação, redução ou acréscimo nas disposições do Contrato será formalizada através de Termo Aditivo, exceto as previstas no artigo 136 da Lei 14.133/93.

26.8. É obrigação do contratado durante toda execução do serviço prestado ter compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, além de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

26.9. Para critério de reajuste, deverão retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais (Item 15.11), desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.

#### **26.13. Garantia Contratual**

26.13.1. No presente caso, não haverá exigência da garantia da contratação nos moldes do artigo 96 e seguintes da lei nº 14.133/2021, pois conforme previsão no dispositivo sua exigência constitui uma faculdade da administração, que deve ser analisada, em cada caso, os riscos que a contratação pode trazer, ou seja, está relacionada a complexidade do objeto/serviço, vulto da contratação e aos potenciais riscos oriundo da execução do contrato.

26.13.2. Assim, a equipe de planejamento ao elaborar o Estudo Técnico Preliminar - ETP e validar a viabilidade da contratação, analisou os riscos associados à contratação, e em função de não existir histórico ou situação de risco relacionada à exigência de garantia, foi identificado pela equipe técnica a dispensabilidade de sua exigência, pois representaria um ônus desnecessário a ser suportado pelo contratado.

(...)

### **15. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 26.12 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

#### **26.12. Da Rescisão Contratual**

26.12.1. Os casos de rescisão de contrato serão aqueles regidos na Lei nº 14.133 de 2021 e no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

26.12.2. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Título III, Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

26.12.3. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura ao Contratante o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

26.12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

(...)

### **16. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL**

16.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 26.10 e 26.11. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

#### **26.10. Do reajuste**

26.10.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação formal da CONTRATADA, o preço contratado poderá sofrer reajuste após o interregno de 12 (doze) meses, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI (IPEA) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

26.10.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

26.10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

26.10.4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

26.10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

26.10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

26.10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

26.10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

(...)

(...)

#### **26.11. Dos acréscimos e Supressão Contratual**

26.11.1. A Contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, da Lei 14.133/2021 e aqueles determinados no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

(...)

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. Conforme estabelecido no item 15 e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### **15. CONDIÇÕES DO PAGAMENTO (LEI 14.133/21, ART.141, INCISO III)**

15.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da apresentação formal da respectiva documentação, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, depois da liquidação da despesa:

a) Nota fiscal;

b) Termo de Recebimento Definitivo;

c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);

d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;

e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

f) Certificado de Regularidade do FGTS;

g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011);

h) Certidão Negativa referente ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

15.2. No que se refere a exigência constante nas alíneas "c" a "g" serão aceitas certidões positivas com efeito negativas.

15.3. As Notas Fiscais/Faturas devem conter no corpo da Nota a descrição do objeto/serviços, o número do empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.

15.4. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.

15.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG**, CNPJ: 04.798.328/0001-56 – Endereço: Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas – CEP 76801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, prédio curvo a esquerda, 6º andar.

15.6. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão dos valores, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar Nota Fiscal, para cobrança da parte controvertida com as devidas justificativas, neste caso, a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado.

15.7. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela



Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

**EM = I x N x VP, onde:**

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento

e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

15.8. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância da norma contida no art. 140, inciso II, alíneas **a** e **b**.

15.9. O **Estado de Rondônia**, pessoa jurídica de direito público interno, é responsável tributário por substituição, uma vez que é o tomador do serviço, estando **obrigado a reter e recolher o ISSQN**, inclusive multa e acréscimos legais ao município de Porto Velho, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte em outro município (art. 264, inciso II, Lei complementar municipal nº 878, de 17 de dezembro de 2021).

15.10. Os serviços provenientes deste Termo de Referências deverão estar em conformidade ao item 1.07 da Lista de Serviços da Lei Complementar nº. 116 de 31 de julho de 2003 e suas alterações.

15.11. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação formal da CONTRATADA, o preço contratado poderá sofrer reajuste somente após o interregno dos 12 (doze) meses, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI (IPEA) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

15.12. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.13. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

15.14. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.15. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.16. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.18. O reajuste será realizado por apostilamento.

(...)

## 18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no item 24 e subitens do Termo de Referência - Anexo ao edital, conforme transcrevemos:

(...)

### 25. SANÇÕES

25.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas neste Termo de Referência.

25.2. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas nos art. 155 ao art. 163 da Lei nº 14.133/2021, assim como as descritas no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, garantindo a prévia defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal. Dentre as penalidades, tem-se:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa contratual;

IV - impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25.3. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;

XIII - se recusar a Receber empenho;

XIV - não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos/realização serviços;

XV - Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;

XVI - Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;

XVII - Deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;

XVIII - Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos na tabela do item 25.11.

25.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

25.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

25.6. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial deste Termo de Referência, a Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa, sobre a parcela inadimplida da presente contratação.

25.7. A multa será calculada na forma do termo de referência ou documento equivalente, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 25.3 e nos termos do art. 155 ao art. 163 da Lei nº 14.133/2021 e será calculada com base no quadro SANÇÕES - **item 25.11**.

25.8. A advertência deverá ser aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

25.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 25.3 incisos: II, III, IV, V, VI, e VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

25.10. A sanção declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 25.3 inciso: VIII ao XVIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Art. 155 da Lei 14.133/21 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do artigo 156 da Lei 14.133, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

25.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

SANÇÕES		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE PECUNIÁRIA - MULTA *
I	dar causa à inexecução parcial do contrato com a entrega incompleta dos materiais/serviços ou deixar de providenciar recomposição complementar;	Multa de 1,6% por dia, por ocorrência.
II	dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	Multa de 4,0%, por ocorrência.
III	dar causa à inexecução total do contrato;	Multa de 10%
IV	deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	Multa de 4% sobre o valor contratado
V	não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	Multa de 0,5% por dia, por item e por ocorrência.
VI	não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Multa de 1,0% por dia, por item e por ocorrência.
VII	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	Multa de 1,6 % por dia.
VIII	apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	Multa de 1,0% por dia, por ocorrência.
IX	fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Multa de 1,0% por dia, por ocorrência.
X	comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Multa de 3,0% por dia, por ocorrência.
XI	praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	Multa de 1% sobre o valor contratado
XII	praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;	Multa de 10% sobre o valor contratado
XIII	se recusar a Receber empenho	multa de até 10% sobre o valor total adjudicado.
XIV	não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos/realização serviços	multa de até 5% sobre o valor total adjudicado, por ocorrência;

SANÇÕES		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE PECUNIÁRIA - MULTA *
XV	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	1,6% por dia
XVI	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	Multa de 4% sobre o valor contratado por ocorrência.
XVII	Deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;	1,0% por dia, por dia e por ocorrência;
XVIII	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas.	3,0% por dia, por ocorrência

**\* Incidente sobre a Parte Inadimplida**

25.12. Após 16º (décimo sexto) dia da falta de entrega do objeto, será considerada inexecução total da contratação, o que ensejará a rescisão contratual.

25.13. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

25.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

25.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo se ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

25.16. A sanção de advertência e a imposição de multa até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado poderá ser aplicada diretamente pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização, assim como a constituição em mora do contratado em caso de inexecução do contrato, nos termos do Parágrafo Único do art. 185 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

25.17. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021, cumuladas ou não com multa, deverá ser precedida de processo administrativo, a ser conduzido por comissão integrada, no mínimo, por dois servidores públicos estáveis, respeitando os termos do art. 186 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

25.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, por meio de processo administrativo de responsabilização - PAR, observado o rito procedimental específico nos termos do art. 187 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

25.19. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

25.20. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

25.21. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

25.22. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

25.23. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

25.24. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente.

25.25. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que **assegurar**á o **contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

(...)

18.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

## 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Conforme estabelecido no item 24.2 e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### 24.2. Da Contratada/Fornecedor

24.2.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir:

24.2.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.

24.2.3. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 18, parágrafo 1º da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

24.2.4. Além das demais obrigações exigidas em Lei a empresa deverá:

24.2.5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratadas, nos termos da legislação vigente;

24.2.6. Entregar os serviços nas especificações contidas neste Termo de Referência;

24.2.7. Entregar o serviço na forma e prazo estipulado;

24.2.8. Entregar o serviço nas quantidades indicadas neste TR;

24.2.9. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do serviço;

24.2.10. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE,

24.2.11. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o serviço a ser adquirido, sobre tudo qualquer dificuldade encontrada;

24.2.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

24.2.13. A contratada deverá substituir, às suas expensas os serviços rejeitados.

24.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

24.2.15. Realizar todo o suporte e intermediação com o fabricante no idioma português Brasil.

(...)

## 20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. Conforme estabelecido no item 24.1 e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### 24.1. Da Contratante

24.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

24.1.2. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis devendo, caso seja necessário, aplicar à mesma as penalidades legais cabíveis;

24.1.3. Caso a comissão ateste que o serviço não estejam dentro das especificações constantes do presente Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções.

24.1.4. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa fazer a entrega do serviço dentro das especificações técnicas recomendadas, suas quantidades e periodicidade solicitadas.

24.1.5. Fornecer à Contratada, todos os esclarecimentos necessários sobre a entrega do serviço e demais informações que estes venham a solicitar;

24.1.6. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o serviço deste termo de referência, através de representantes designados pela SEPOG;

24.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

(...)

## 21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

21.1. Conforme estabelecido no item 31. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### 31. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A contratação de **serviço de link dedicado de acesso à Internet**, por meio de fibra óptica, caracteriza-se como uma solução de conectividade cuja execução, por sua natureza, **não gera impacto ambiental significativo**, uma vez que se baseia predominantemente na transmissão digital de dados por meio de infraestrutura de telecomunicações já existente ou consolidada.

A prestação do serviço ocorre em ambiente essencialmente digital e virtual, no qual a comunicação de dados, o acesso a sistemas e o tráfego de informações são realizados eletronicamente, sem a necessidade de consumo contínuo de materiais físicos ou insumos que resultem na geração direta de resíduos sólidos ou poluentes.

Ademais, o uso de link dedicado de alta capacidade contribui para a otimização de processos administrativos e operacionais, ao viabilizar a digitalização de serviços, o uso de sistemas eletrônicos, a comunicação remota e o compartilhamento seguro de informações, reduzindo a necessidade de deslocamentos, impressões e utilização de materiais como papel, tintas e outros insumos tradicionalmente associados a processos analógicos.

Ressalta-se, ainda, que a tecnologia de fibra óptica apresenta maior eficiência energética e menor impacto ambiental quando comparada a outras tecnologias de transmissão de dados, além de permitir maior durabilidade da infraestrutura e menor necessidade de intervenções corretivas frequentes.

Dessa forma, a contratação do serviço de link dedicado de acesso à Internet alinha-se aos princípios do **desenvolvimento sustentável**, ao promover a modernização tecnológica, a eficiência administrativa e a redução indireta do consumo de recursos naturais, em consonância com as boas práticas ambientais adotadas pela Administração Pública.

(...)

## 22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da **Unidade Gestora: SEPOG/RO**, conforme estabelecido no item 14. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, conforme transcrevemos:

(...)

### 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Descrição sucinta dos itens	Quantidade	Período	Un. de medida	Prog.	Ação	Elemento de Desp.
Link de Internet Dedicado	01	12 meses	mensal	1015	2087	<b>3.3.90.40.05</b>

14.1. Cumpre informar que, considerando as fontes orçamentárias não decorrerem de recursos provenientes da União, não se vislumbrou a necessidade de publicação no Diário oficial da União - DOU.

(...)

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

23.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

23.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

23.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o



horário de Brasília - DF.

- 23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 23.11. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.
- 23.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 23.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 23.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

## **24. DOS ANEXOS**

- 24.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Termo de Referência, Id. (71700335);

**ANEXO II** - Análise de Risco, Id. (68777319);

**ANEXO III** - Modelo de Minuta de Contrato, Id. (71949126);

**ANEXO IV** - SAMS, Id. (70155560);

**ANEXO V** – Quadro Estimativo de Preços, Id. (70929680).

Porto Velho-RO, data e horário do sistema.

**GABRIEL ALVES DA SILVA GAMA**

Matrícula nº \*\*\*\*\*238

Pregoeiro da Comissão de Tecnologia - COTEC

Portaria nº 134 de 27 de maio de 2026 Id. ( 72787097)

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL|RO

**Elaborado por:**

**CRISTIAN FERREIRA CATACA**

Membro da Comissão de Tecnologia - COTEC - SUPEL/RO

**Revisado por:**

**JULIE CAVALCANTE PINHEIRO**

Membro da Comissão de Tecnologia - COTEC - SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Alves Da Silva Gama, Pregoeiro(a)**, em 01/06/2026, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIAN FERREIRA CATACA, Assessor(a)**, em 01/06/2026, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Julie Cavalcante Pinheiro, Assessor(a)**, em 01/06/2026, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72806914** e o código CRC **C5A01E50**.

**Referência:** Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0035.000099/2026-90

SEI nº 72806914



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG  
Núcleo de Planejamento de Compras e Contratos - SEPOG-NPCC

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão-SEPOG.

Departamento: Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - ASTIC/DIREX/SEPOG/RO.

**2. REQUISITOS LEGAIS**

2.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em atendimento aos regulamentos legais a seguir:

- a) Constituição Federal;
- b) Lei Federal nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações);
- c) Decreto nº 28.874, DE 25 DE JANEIRO DE 2024 (Regulamenta a Lei nº 14.133/2021);
- d) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e,
- e) Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

2.2. **Da equipe de planejamento**

**Portaria nº 175 de 03 de março de 2026** (69870197), que atualiza a Comissão de Planejamento de Contratação de bens e serviços no âmbito da Secretaria de Estado Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

**3. MODELOS PADRONIZADOS**

O modelo padrão utilizado foi o Termo de Referência (TR) para serviços de TIC da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG do processo Sei nº 0035.003501/2023-45, modelo este aprovado pela PGE-SEPOG, conforme Parecer 107 (0054637999).

**4. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **Do Objeto**

4.1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet, por meio de infraestrutura em fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, 14 endereços IP públicos válidos, alta disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS), incluindo implantação, ativação, monitoramento, suporte técnico e manutenção, destinados a atender às necessidades institucionais da SEPOG.

4.1.2. A contratação deve respeitar as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência da referida contratação.

4.2. **Do Objetivo**

4.2.1. A presente contratação visa fortalecer a segurança e a proteção de dados institucionais, obter 80% de conformidade com a LGPD no âmbito SEPOG até 2026, manter o parque tecnológico da SEPOG atualizado para assegurar o cumprimento das legislações, normas e políticas governamentais, promovendo a conformidade institucional, a eficiência administrativa e o avanço da Transformação Digital da SEPOG. Além disso, manter atualizado o plano de modernização do parque tecnológico 2026-2027, possibilitando a manutenção de equipamentos e sistemas críticos conforme ciclo de vida tecnológica e diretrizes governamentais, com garantia de conformidade legal, eficiência administrativa e avanço da Transformação Digital da SEPOG.

4.2.2. Por fim, a prestação integrada dos serviços de **implantação, ativação, monitoramento contínuo, suporte técnico especializado e manutenção** assegura resposta rápida a incidentes, acompanhamento proativo do desempenho da rede e redução de falhas operacionais. Dessa forma, a contratação de empresa tecnicamente qualificada representa medida estratégica para garantir a **continuidade, a segurança e a qualidade dos serviços de TIC**, atendendo plenamente às necessidades institucionais da SEPOG e aos princípios da eficiência e da confiabilidade na administração pública.

4.3. **Das Especificações Técnicas/quantidade**

Item	Descrição	Unid.	Quant.	CATMAT/CATSER
01	Serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet, por meio de fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, endereços 14 IP públicos válidos, garantia de alta disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques DDoS. Velocidade 1Gbps	Serviço mensal	12 meses	26506

4.4. **Das condições Gerais e Garantia do Serviço/Materiais**

4.5. Todos os serviços comuns ofertados, no que couber, deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

4.6. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

4.7. **Classificação do serviço**

Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021, uma vez que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado.

4.8. **Ciclo de vida do objeto**

4.8.1. Considerando o disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea c, da Lei nº 14.133/2021, referente ao ciclo de vida do objeto, destaca-se que, em razão da natureza do serviço proposto — prestação contínua de link dedicado de acesso à Internet, por meio de infraestrutura em fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, endereços IP públicos, alta disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS) — o ciclo de vida do objeto está diretamente vinculado ao período de vigência contratual, estabelecido inicialmente em **12 (doze) meses**, com pagamento mensal, conforme prática usual de mercado.

4.8.2. Ressalta-se que, conforme a necessidade e o interesse da Administração, o contrato poderá ser **prorrogado**, nos termos da legislação vigente, desde que devidamente demonstrada a **vantajosidade técnica e econômica** da continuidade do serviço, bem como a manutenção da qualidade, disponibilidade e segurança exigidas para atendimento às necessidades institucionais da SEPOG.

4.8.3. A eventual prorrogação do contrato além do período inicial de 12 (doze) meses ficará condicionada à avaliação do desempenho da contratada, ao cumprimento

dos níveis de serviço estabelecidos e à comprovação de que a continuidade do fornecimento do link dedicado atende de forma eficaz e econômica aos objetivos da SEPOG. Caso tais condições não sejam atendidas, a Administração poderá promover nova contratação, buscando fornecedor que apresente condições mais vantajosas, sem prejuízo da continuidade dos serviços essenciais.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) a ser contratada consiste na prestação de serviço contínuo de Link Dedicado de Acesso à Internet, por meio de fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, alta disponibilidade, segurança cibernética avançada e suporte técnico especializado, destinada a atender às necessidades operacionais e institucionais da SEPOG.

O serviço deverá garantir conectividade estável, segura e de alto desempenho, assegurando a continuidade das atividades administrativas, o funcionamento dos sistemas corporativos e o acesso confiável aos serviços digitais disponibilizados pelo órgão.

### 5.1. Tipo de Conexão

A solução deverá atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos:

- Serviço de Internet dedicada com banda mínima de 1 Gbps, sendo 100% dedicada;
- Utilização de tecnologia de acesso em fibra óptica;
- Conexão simétrica, com a mesma taxa de upload e download;
- Disponibilização de 14 (quatorze) endereços IP públicos fixos, válidos e incluídos no serviço.

### 5.2. Latência e Disponibilidade

A solução deverá garantir elevados níveis de desempenho e confiabilidade, observando os seguintes parâmetros:

- Latência máxima (ex: < 50ms para PTT-SP ou < 10ms para o PTT local), percentual de 0,5% especificamente para a **Perda de Pacotes (Packet Loss)**.
- Disponibilidade mínima de 99,9% do serviço;
- Disponibilização de conexão redundante, assegurando disponibilidade mínima de 99,9%, de modo a mitigar riscos de interrupção do acesso à Internet.

### 5.3. Suporte Técnico e Manutenção

A contratada deverá fornecer suporte técnico especializado, com atendimento eficiente e tempestivo, conforme os requisitos a seguir:

#### 5.3.1. Tempo de Resolução

- Resolução de chamados técnicos em até 4 (quatro) horas;
- Atendimento emergencial, presencial ou remoto, em até 45 (quarenta e cinco) minutos, nos casos considerados críticos ou de interrupção total do serviço.

#### 5.3.2. Disponibilidade de Suporte

- Disponibilização de equipe técnica capacitada, apta a realizar atendimento imediato de incidentes que impactem a operação da rede da SEPOG.

### 5.4. Segurança Cibernética e Monitoramento

#### 5.4.1. Proteção e Políticas de Segurança

A solução deverá contemplar a adoção de medidas de segurança cibernética, incluindo, no mínimo:

- Proteção contra ataques de negação de serviço distribuído (DDoS);
- Mecanismos de prevenção e mitigação de outras ameaças que possam comprometer a disponibilidade, integridade e confiabilidade da rede.

### 5.5. Monitoramento 24/7

- Monitoramento contínuo da conexão e dos dispositivos de segurança, 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7);
- Atuação proativa para garantir alta disponibilidade, desempenho adequado e rápida resposta a incidentes.

#### 5.5.1. Relatórios Mensais

A contratada deverá fornecer relatórios mensais, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Disponibilidade da rede;
- Desempenho do link;
- Consumo de banda;
- Registro de ocorrências, incidentes e alertas de segurança;
- Incidentes relacionados ao serviço, quando houver.

### 5.6. Migração de Serviço

Durante a implantação da solução, a contratada deverá:

- Garantir que a SEPOG não sofra interrupção do serviço de Internet;
- Manter, sempre que possível, o range de IPs atualmente utilizado;
- Caso não seja possível a manutenção do range atual, prestar apoio técnico integral na migração, incluindo a configuração e validação dos novos endereços IP públicos, assegurando a continuidade dos serviços e sistemas em produção.

### 5.7. Considerações Gerais

A solução contratada deverá ser fornecida de forma contínua, com observância rigorosa aos níveis mínimos de serviço (SLA), garantindo desempenho, segurança, disponibilidade e confiabilidade compatíveis com a criticidade das atividades desenvolvidas pela SEPOG.

## 6. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 6.1. Justificativa/motivação

A contratação de serviço de Internet mostra-se necessária, indispensável e estratégica para assegurar a continuidade das atividades institucionais da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, considerando a crescente dependência dos processos administrativos, dos sistemas corporativos e dos serviços públicos digitais em relação à conectividade de dados segura, estável e de alta disponibilidade.

A infraestrutura de conectividade à Internet constitui elemento essencial de suporte às funções finalísticas e administrativas da SEPOG, sendo utilizada de forma transversal por todas as unidades setoriais, notadamente para acesso às plataformas de produtividade em nuvem (Office 365), sistemas estruturantes de governo, ferramentas de transparência ativa e passiva, soluções de videoconferência, ambientes de colaboração institucional e serviços hospedados em data center próprio, os quais demandam endereços IP públicos válidos para acesso externo e integração com outros órgãos e entes federativos.

Adicionalmente, a SEPOG mantém iniciativas permanentes de capacitação e difusão do conhecimento, por meio da Escola de Governo, que realiza cursos, eventos e transmissões on-line, reforçando a necessidade de conectividade com desempenho adequado, baixa latência e elevada estabilidade.

Registra-se, ainda, que o contrato atualmente vigente, firmado sob a égide da Lei nº 8.666/1993, encontra-se no limite ordinário de vigência, de modo que a realização de nova contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, apresenta-se como medida necessária para assegurar a continuidade do serviço, atualizar requisitos técnicos, mitigar riscos jurídicos e adequar a contratação às boas práticas de governança e planejamento. Dessa forma, a presente contratação não configura

expansão de capacidade ou inovação supérflua, mas sim ação de manutenção da continuidade operacional, da segurança da informação e da regularidade administrativa, em consonância com os princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público

6.2. **Indicação da Distribuição dos itens.**

A contratação será estruturada de forma centralizada, contemplando a prestação do serviço de link dedicado de acesso à Internet, em item único, para atendimento institucional e integrado da SEPOG, considerando que a conectividade constitui infraestrutura compartilhada e indivisível, utilizada simultaneamente por todas as unidades administrativas, setoriais e vinculadas. O serviço contratado atenderá, de forma transversal, às demandas das unidades administrativas, áreas finalísticas, data center institucional, plataformas de colaboração serviços de videoconferência e às ações desenvolvidas pela Escola de Governo, não sendo tecnicamente recomendável a divisão do objeto em itens independentes, sob pena de comprometer a eficiência, a segurança e a governança da solução.

6.3. **Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.**

A presente demanda possui dependência funcional em relação ao Documento de Formalização de Demanda vinculado ao Processo SEI nº 0035.000099/2026-90, referente à contratação do serviço de acesso à Internet (Link de Internet), atualmente prestado no âmbito do Contrato nº 959/PGE-2021, celebrado com a empresa NBS Serviços de Telecomunicações Ltda., com início de vigência em 29 de dezembro de 2021.

Tal dependência decorre do fato de que os serviços de segurança da informação e de redes, objeto deste DFD, atuam de forma integrada e complementar à infraestrutura de conectividade externa, sendo tecnicamente condicionados às características, capacidades e níveis de serviço do link de Internet contratado.

Ressalta-se que eventuais definições, ajustes ou alterações decorrentes do referido processo, bem como das memórias de cálculo e dos documentos de suporte, a serem consolidados e detalhados no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência, poderão impactar o dimensionamento técnico e o escopo final desta contratação, sem prejuízo da justificativa e da necessidade ora apresentada.

6.4. **Dos Impactos quanto à não contratação/aquisição**

A não realização tempestiva da presente contratação poderá ocasionar impactos significativos de ordem operacional, jurídica, tecnológica e institucional, dentre os quais se destacam:

- Risco de descontinuidade do serviço de conectividade à Internet, com paralisação parcial ou total das atividades administrativas e finalísticas;
- Indisponibilidade de sistemas corporativos, serviços digitais, portais institucionais e aplicações hospedadas em data center próprio;
- Prejuízos às ações de transparência e comunicação institucional;
- Comprometimento das atividades de videoconferência, reuniões institucionais e ações de capacitação da Escola de Governo;
- Aumento da exposição a incidentes de segurança da informação, especialmente na ausência de mecanismos adequados de mitigação de ataques DDoS;
- Necessidade de formalização de prorrogação excepcional do contrato vigente, por prazo máximo de 12 (doze) meses, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 14.133/2021, demandando justificativa formal robusta e intensa atuação das áreas jurídica, técnica e de controle;
- Na hipótese mais gravosa, possibilidade de contratação emergencial ou reconhecimento de dívida, com elevação expressiva do risco jurídico, orçamentário e reputacional da Administração.

Diante desses impactos, a contratação revela-se essencial e inadiável, constituindo medida de mitigação de riscos, de preservação da continuidade do serviço público e de observância às boas práticas de planejamento e governança, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.5. **Alinhamento com os Instrumentos de Planejamento Organizacional**

A pretendida contratação está prevista no PCA - Plano de Contratação Anual 2026 (70465535):

Item	Descrição	UND	Período
328	Serviço de Link de internet	Serviço Mensal	12 meses

7. **ESTIMATIVA DO VALOR E DA QUANTIDADE DA CONTRATAÇÃO**

7.1. **Estimativa do valor**

7.2. A memória de cálculo para obtenção de valores para a contratação foi realizado pelo Núcleo de Planejamento de Compras e Contratos - NPCC/SEPOG, na qual foi enviado e-mail's para empresas interessadas, conforme cotações apresentadas (68852449/70159485/70389296/70389731), foi publicada a SAMS no site SEPOG (68683414) e pesquisa no Banco de Preços (68871740), demonstrado de acordo com o Quadro Comparativo (70929680), no qual chegou-se aos referidos valores:

7.3. Conforme informações abaixo, registra-se a estimativa do valor da Contratação de TIC:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A) MENSAL	QUANT ANUAL	EMP 1 (NBS)	EMP 2 (BANCO DE PREÇOS)	EMP 3 (BANCO DE PREÇOS)	EMP 4 (BANCO DE PREÇOS)	EMP 5 (BANCO DE PREÇOS)	EMP 6 (BANCO DE PREÇOS)
1	Serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet, por meio de fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, endereços 14 IP públicos válidos, garantia de alta disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques DDoS. Velocidade 1Gbps	serviço s	1	12	10.000,00	7.200,00	10.974,72	10.600,00	10.500,00	3

LEGENDA:  
NC = Não encontrado

NOTA EXPLICATIVA:  
IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES

EMP1 NBS SERVIÇOS  
EMP2 BANCO DE PREÇOS  
EMP3 BANCO DE PREÇOS  
EMP4 BANCO DE PREÇOS  
EMP5 BANCO DE PREÇOS  
EMP6 BANCO DE PREÇOS  
EMP7 BANCO DE PREÇOS  
EMP8 BANCO DE PREÇOS

1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência I).

Foram coletados múltiplos valores mensais por meio de pesquisa junto a fornecedor direto e banco de preços, conforme demonstrado no quadro comparativo (70929680), a saber: R\$ 10.000,00 (dez mil reais); R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais); R\$ 10.974,72 (dez mil novecentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos); R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais); R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais); R\$ 3.400,00\* (três mil e quatrocentos reais); R\$ 3.350,00\* (três mil e trezentos e cinquenta reais) e R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Ressalta-se que os valores identificados com asterisco (\*) encontram-se demonstrados no quadro comparativo de preços, porém não foram considerados no cálculo final, especialmente para apuração do desvio padrão e do coeficiente de variação, por se tratarem de valores atípicos significativamente inferiores à média de mercado, os quais elevariam a dispersão dos dados acima do limite aceitável.

Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP, procedeu-se à análise crítica dos preços coletados, utilizando método estatístico com base em conjunto de preços válidos.

Após a exclusão dos valores atípicos, apurou-se coeficiente de variação de aproximadamente 17,63%, situando-se dentro do limite estabelecido pela norma, o que indica adequada homogeneidade entre os preços considerados.

Diante desse cenário, adotou-se a **média aritmética** como critério para definição do valor estimado, por se mostrar representativa e compatível com os valores praticados no mercado, resultando no montante de **R\$ 9.462,45 (nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) mensal e a média do valor anual é de R\$113.549,40 (cento e treze mil quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos).**

Registra-se, ainda, que a mediana dos valores válidos corresponde a R\$ 10.250,00, contudo, considerando o baixo coeficiente de variação apurado, a média se mostra estatisticamente adequada e mais vantajosa para a Administração.

O valor estimado adotado demonstra-se, portanto, compatível com o objeto da contratação e alinhado às condições de mercado, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência.

7.4. **Estimativa da quantidade:**

As quantidades foram estimadas conforme Documento de Oficialização de Demanda (68161200) , devidamente previsto no **PCA 2026 - Plano de Contratação Anual 2026 (70465535)**. Prevê o Serviço de Link de Internet para atender as necessidades da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, distribuídas conforme a demanda da seguinte maneira:

Item	Especificação	Unidade	Período
01	Serviço de link de internet	Serviço Mensal	12 meses

A memória de cálculo foi estimada considerando a demanda esperada e visando garantir um serviço de qualidade, sendo necessário estimar o tráfego de dados para determinar a velocidade necessária.

8. **DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Não se mostra adequada a utilização da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços na contratação de serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet, por meio de fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, 14 endereços IP públicos válidos, garantia de alta disponibilidade, acordos de nível de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques DDoS, na velocidade de 1 Gbps, pelos motivos a seguir expostos.

O objeto em questão caracteriza-se como serviço de telecomunicações padronizado, amplamente ofertado no mercado, cuja formação de preços é definida predominantemente por fatores como capacidade do link (largura de banda), nível de serviço contratado, infraestrutura disponível, abrangência do atendimento e condições técnicas específicas, e não pela alocação direta de mão de obra dedicada à Administração.

Nesse tipo de contratação, o preço é usualmente praticado sob a forma de valor mensal fixo, previamente estabelecido pelo fornecedor com base em sua estrutura de rede, tecnologia empregada, custos operacionais globais, investimentos em infraestrutura e políticas comerciais, não sendo possível, nem necessário, o detalhamento individualizado de insumos, encargos trabalhistas ou componentes de custo, como ocorre em serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

Ademais, a exigência de planilha de composição de custos, nesse contexto, não contribuiria para a adequada análise da exequibilidade da proposta, podendo, inclusive, gerar distorções, uma vez que os custos relevantes estão incorporados ao modelo de negócio do prestador do serviço e diluídos em sua operação de telecomunicações.

Assim, a avaliação da vantajosidade da contratação mostra-se mais adequada por meio da pesquisa de preços de mercado, da comparação entre propostas, da verificação do atendimento às especificações técnicas, aos níveis mínimos de serviço (SLA) e às condições de qualidade e disponibilidade exigidas, dispensando-se, portanto, a apresentação da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços.

Dessa forma, a não utilização da referida planilha encontra respaldo na natureza do objeto contratado e nas práticas usuais de mercado, sem prejuízo da competitividade, da transparência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

9.1. **Necessidade de Negócio**

9.2. **Suporte Técnico e Manutenção**

9.2.1. **Tempo de Resolução**

Item	Requisito
9.2.1.1.	Resolução de chamados técnicos em até 4 (quatro) horas
9.2.1.2.	Atendimento emergencial (presencial ou remoto) em até 45 (quarenta e cinco) minutos, nos casos críticos ou de interrupção total do serviço

9.2.2. **Disponibilidade de Suporte**

Item	Requisito
9.2.2.1.	Disponibilização de equipe técnica capacitada, apta ao atendimento imediato de incidentes que impactem a operação da rede

9.3. **Segurança Cibernética e Monitoramento**

9.3.1. **Proteção e Políticas de Segurança**

Item	Requisito
9.3.1.1.	Adoção de medidas de segurança cibernética, incluindo proteção contra ataques DDoS e outras ameaças à disponibilidade e integridade da rede

9.3.2. **Monitoramento 24/7**

Item	Requisito
9.3.2.1.	Monitoramento contínuo (24 horas por dia, 7 dias por semana) da conexão e dos dispositivos de segurança, com atuação proativa para garantir alta disponibilidade e desempenho

9.3.3. **Relatórios Mensais**

Item	Conteúdo do Relatório
9.3.3.1.	Disponibilidade da rede
9.3.3.2.	Desempenho do link



9.3.3.3.	Consumo de banda
9.3.3.4.	Registro de ocorrências, incidentes e alertas de segurança
9.3.3.5.	Incidentes relacionados com o serviço (quando houver)

#### 9.4. Migração de Serviço

Item	Requisito Técnico
9.4.1.	A contratada deve garantir que a SEPOG não sofra com a interrupção do serviço, considerando fatores como manter o range de IP atual ou caso contrário apoiar a migração e configuração dos novos IPs.

#### 9.5. Necessidade Tecnológica

#### 9.6. Tipo de Conexão

Item	Requisito Técnico
9.6.1.	Serviço de Internet dedicada, com banda mínima de 1 Gbps, sendo 100% dedicada
9.6.2.	Tecnologia de acesso em fibra óptica
9.6.3.	Conexão simétrica, com mesma taxa de upload e download
9.6.4.	Disponibilização de 14 IP público fixo, incluso no serviço

#### 9.7. Latência e Disponibilidade

Item	Requisito Técnico
9.7.1.	Latência inferior a 0,5%, conforme métricas contratuais
9.7.2.	Disponibilidade mínima de 99,9% do serviço
9.7.3.	Disponibilização de conexão redundante, garantindo disponibilidade mínima de 99,9%

#### 9.8. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

9.8.1. A solução de TIC deverá contemplar **Acordo de Nível de Serviço (SLA)** formalmente definido, com métricas objetivas, indicadores de desempenho, tempos máximos de resposta e de resolução, bem como critérios de medição e aplicação de penalidades, de modo a assegurar previsibilidade e controle da execução contratual.

9.8.2. A contratada deverá disponibilizar **processo estruturado de suporte técnico**, incluindo sistema de registro, acompanhamento e encerramento de chamados, com histórico acessível à Administração, garantindo rastreabilidade, transparência e gestão eficaz dos incidentes.

9.8.3. O serviço de suporte técnico deverá ser prestado por **equipe técnica qualificada**, com conhecimento compatível com a complexidade da infraestrutura da SEPOG, assegurando atendimento adequado a incidentes que impactem a continuidade dos serviços de TIC.

9.8.4. A solução deverá atender às **normas, políticas e diretrizes de segurança da informação aplicáveis à Administração Pública**, incluindo controles de acesso, segregação de funções, registro e retenção de logs, bem como mecanismos de auditoria e rastreabilidade de eventos.

9.8.5. A contratada deverá garantir a **atualização contínua dos mecanismos de segurança cibernética**, com capacidade de resposta proativa a incidentes e a novas ameaças que comprometam a disponibilidade, a integridade ou a confidencialidade das informações.

9.8.6. A solução deverá contemplar **monitoramento contínuo do ambiente**, com geração de informações gerenciais e relatórios periódicos que subsidiem a gestão, a tomada de decisão e o acompanhamento do nível de serviço contratado.

9.8.7. A solução deverá ser **compatível com a infraestrutura de TIC existente da SEPOG**, de modo a minimizar riscos de indisponibilidade, evitar impactos operacionais relevantes e preservar os investimentos públicos já realizados.

9.8.8. A contratada deverá disponibilizar **documentação técnica atualizada**, abrangendo arquitetura da solução, procedimentos operacionais e orientações de suporte, de forma a permitir a adequada gestão do serviço pela Administração.

#### 9.9. Requisitos de Implantação

Os serviços deverão ser entregues no e-mail suporte@sepog.ro.gov.br com os certificados e os procedimentos necessários para sua ativação, a empresa deve dar total suporte no idioma português durante todo o processo de ativação.

#### 10. JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

Durante o Estudo Técnico Preliminar (68584652), ao avaliar a vantajosidade econômica em confronto com as características técnicas necessárias, decidiu-se pelo não fracionamento do objeto.

O objeto da presente contratação consiste na prestação de **serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet**, por meio de fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, 14 endereços IP públicos válidos, garantia de alta disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques DDoS, na velocidade de 1 Gbps, configurando um serviço tecnicamente integrado e indivisível.

O parcelamento do objeto, seja por componentes técnicos, seja por características do serviço, comprometeria a **integridade da solução**, uma vez que os requisitos de desempenho, disponibilidade, segurança, monitoramento e atendimento aos níveis de serviço dependem de uma **gestão unificada da infraestrutura de rede**, sob responsabilidade de um único prestador.

A eventual contratação de múltiplos fornecedores para partes distintas do serviço poderia gerar sobreposição ou lacunas de responsabilidades, dificultando a apuração de falhas, a aplicação de penalidades e o efetivo cumprimento dos acordos de nível de serviço (SLA), além de aumentar os riscos operacionais e de

indisponibilidade.

Do ponto de vista econômico, o parcelamento não se mostra vantajoso, pois o serviço é ofertado no mercado de telecomunicações como **solução única e integrada**, com precificação global, de modo que a divisão do objeto poderia acarretar **perda de economia de escala**, aumento de custos administrativos e maior complexidade na gestão contratual.

Ademais, o não parcelamento do objeto **não restringe a competitividade**, uma vez que há no mercado diversos fornecedores aptos a prestar integralmente o serviço nas condições especificadas, conforme demonstrado na pesquisa de preços realizada.

Diante do exposto, justifica-se o **não parcelamento do objeto**, por razões técnicas e econômicas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, preservando-se a eficiência, a segurança, a continuidade do serviço e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### 11. APLICAÇÃO DO ART. 8º DO DECRETO ESTADUAL 21.675/2017 – COTA ME/EPP

A não aplicação de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) na contratação de **serviço de link dedicado de acesso à Internet** justifica-se pelas particularidades técnicas, operacionais e de gestão inerentes ao objeto, conforme descrito a seguir:

##### Uniformidade do serviço de conectividade

A prestação do serviço de link dedicado exige uniformidade e integralidade da solução de conectividade, de modo a garantir desempenho estável, baixa latência, alta disponibilidade e atendimento contínuo aos níveis mínimos de serviço (SLA). A execução do serviço por mais de um fornecedor, ainda que parcialmente, pode gerar inconsistências na qualidade do link, dificuldades de roteamento e instabilidade na conexão, comprometendo a confiabilidade do acesso à Internet.

##### Gerenciamento e responsabilidade centralizados

O link dedicado demanda gerenciamento centralizado da infraestrutura de rede, incluindo monitoramento contínuo, gestão de falhas, atendimento a incidentes e cumprimento dos SLA contratados. A participação de mais de um fornecedor na prestação do serviço dificultaria a definição clara de responsabilidades, aumentaria a complexidade da gestão contratual e poderia retardar a resolução de falhas, impactando diretamente a continuidade dos serviços de tecnologia da informação da Administração.

##### Integração e compatibilidade da infraestrutura

A integração entre enlaces, equipamentos de rede, rotas e mecanismos de segurança, como mitigação de ataques DDoS, requer plena compatibilidade técnica e coordenação operacional. A divisão do serviço entre diferentes prestadores pode resultar em conflitos de configuração, limitações de interoperabilidade e pontos de falha, prejudicando a segurança e a estabilidade da rede.

##### Eficiência, efetividade e continuidade do serviço

A contratação do serviço de link dedicado junto a um único fornecedor assegura maior eficiência operacional, facilita o suporte técnico, a manutenção preventiva e corretiva, bem como a aplicação de penalidades em caso de descumprimento contratual. Tal modelo reduz riscos operacionais e garante maior efetividade na prestação do serviço contínuo de conectividade.

Diante do exposto, conclui-se que a aplicação de cota reservada para ME e EPP **não se mostra tecnicamente viável** na contratação de link dedicado de acesso à Internet, não impedindo, contudo, a participação dessas empresas no certame, desde que atendam integralmente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas.

#### 12. VANTAGENS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

Com a formalização e a execução da presente contratação, espera-se alcançar, de forma imediata, os seguintes resultados:

- Garantia da continuidade ininterrupta do serviço de conectividade à Internet, assegurando o funcionamento regular das atividades administrativas, finalísticas e de apoio da SEPOG, sem prejuízo à prestação dos serviços públicos digitais;
- Disponibilização de link dedicado com desempenho adequado, compreendendo banda totalmente dedicada, conexão simétrica, baixa latência, estabilidade e alta disponibilidade, em conformidade com os níveis mínimos de serviço (SLA) estabelecidos;
- Manutenção do acesso seguro e confiável aos sistemas corporativos, às plataformas de produtividade em nuvem (Office 365), às ferramentas de comunicação institucional e às soluções de videoconferência;
- Garantia de acessibilidade externa aos sistemas, serviços e sítios institucionais hospedados em data center próprio, por meio da disponibilização e funcionamento de endereços IP públicos válidos;
- Redução de riscos de indisponibilidade e de incidentes de segurança da informação, mediante a adoção de mecanismos de proteção e mitigação de ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS);
- Eliminação da necessidade de medidas excepcionais, tais como prorrogação contratual extraordinária, contratação emergencial ou reconhecimento de dívida, decorrentes de falhas no planejamento da contratação;
- Adequação da contratação ao regime da Lei nº 14.133/2021, promovendo maior segurança jurídica, transparência, planejamento e alinhamento às boas práticas de governança e às orientações dos órgãos de controle;
- Estabilidade do ambiente tecnológico institucional, permitindo a execução regular de ações de capacitação, eventos, reuniões e atividades da Escola de Governo

#### 13. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

##### 13.1. Da Forma de Entrega

13.1.1. O local de entrega do serviço será no **Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Paca's, 4º andar, onde funciona a Assessoria de Tecnologia da SEPOG**, sito a Av. Farquar, 3056 - Bairro: Pedrinhas – CEP: 76801-470 – Porto Velho – RO. Horário: 08h00min às 13h30min de segunda a sexta-feira.

##### 13.2. Do Prazo

13.2.1. O prazo de entrega dos serviços deverá ser de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de assinatura do Contrato, estabelecido pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG/RO.

##### 13.3. Das Condições de Recebimento

13.3.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança durante a prestação do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual.

13.3.2. A critério exclusivo da Comissão de Recebimento, poderão ser realizados testes nos serviços de internet de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência.

13.3.3. Sendo satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo.

13.3.4. Caso insatisfatório, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações, onde a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar a respeito das desconformidades. Findado o prazo para manifestação, a Contratada deverá substituir o objeto dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.3.5. Caso a substituição não ocorra no prazo mencionado no item 13.3.4, a Contratada incorrerá em atraso na entrega, estará sujeita à aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

13.3.6. Todos os custos de substituição do serviço, caso rejeitada, ocorrerão exclusivamente as expensas da Contratada.

13.3.7. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço fornecido, cabendo-lhe sanar qualquer irregularidade detectada quando da utilização do mesmo.

13.3.8. Todas as despesas com taxas, impostos, encargos incidentes, deverão ser inclusos no preço da proposta e em hipótese alguma poderão ser cobrados em separado quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura.

13.3.9. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório/Termo de Recusa, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

##### 13.4. Da Comissão de Recebimento:

13.5. A comissão de recebimento provisório e definitivo realizará o relatório técnico para posterior emissão de recebimento definitivo, onde será designado os fiscais e gestor de contrato, por meio de Portaria devidamente publicada, após a elaboração do contrato.

13.5.1. É de competência da comissão de recebimento provisório e definitivo:

- I – Verificar questões físicas do objeto/serviço adquirido para constatar a integridade conforme estipulado em Termo de Referência.
- II – Verificar a conformidade com a quantidade e especificações constantes do Termo de Referência.

13.5.2. **O Recebimento dos Serviços**

13.5.2.1. O serviço será recebido conforme disposição do artigo 140, inciso I da Lei 14.133/21:

13.5.3. **Do prazo de recebimento provisório e definitivo:**

a) **Provisoriamente**, até **5 (cinco) dias úteis**, para posterior verificação da entrega do serviço, com as especificações deste termo de referência, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.

b) **Definitivamente**, até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação da compatibilidade das especificações do serviço entregue mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo devidamente assinado pela comissão.

13.6. **Parâmetros e elementos descritivos:**

13.6.1. A ausência de determinados parâmetros e elementos descritivos, tais como **glossário de termos específicos de TIC, justificativa de métricas complexas, arquitetura tecnológica detalhada, transferência formal de conhecimento, documentação técnica extensiva, medição de demandas ou critérios de mensuração baseados em pontos de função**, justifica-se em razão da natureza do objeto contratado, que consiste na prestação de **serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet**.

13.6.2. O serviço de link dedicado é caracterizado como serviço de telecomunicações padronizado, amplamente ofertado no mercado, cuja execução se baseia em parâmetros técnicos objetivos, tais como capacidade do link, tipo de conexão (fibra óptica), simetria, disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA), latência, perda de pacotes e tempo de resposta para atendimento a incidentes, os quais estão devidamente definidos neste Termo de Referência.

13.6.3. Nesse contexto, o serviço contratado compreende o fornecimento contínuo de conectividade, incluindo a disponibilização da infraestrutura necessária, operação, monitoramento, manutenção, suporte técnico e garantia dos níveis mínimos de serviço durante todo o período contratual. Tais elementos são inerentes ao próprio serviço e encontram-se contemplados na proposta comercial do fornecedor, não havendo aquisição de solução sob medida ou desenvolvimento de arquitetura tecnológica específica para a Administração.

13.6.4. Dessa forma, não se mostra necessária a exigência de parâmetros e elementos descritivos adicionais, como os aplicáveis a contratações de desenvolvimento de sistemas ou de soluções complexas de TIC, uma vez que o objeto não envolve customização, mensuração de esforço por demanda ou transferência estruturada de conhecimento.

13.6.5. Assim, a definição objetiva dos requisitos técnicos e dos níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência é suficiente para assegurar a adequada execução do contrato, sendo desnecessária a apresentação de parâmetros e elementos descritivos adicionais, cuja exigência poderia, inclusive, tornar o processo licitatório mais complexo sem ganhos proporcionais para a Administração.

13.7. **Critérios e prazos de medição e de Pagamento**

**Será firmado contrato com vigência de 12 (doze) meses, com pagamento realizado de forma mensal**, após a efetiva prestação do serviço de **link dedicado de acesso à Internet**, por meio de **fibra óptica**, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

O objeto caracteriza-se como **serviço contínuo**, essencial ao funcionamento dos sistemas e serviços de tecnologia da informação da Administração, sendo passível de **prorrogação sucessiva**, nos termos da legislação vigente, desde que comprovada a vantajosidade e o interesse público.

As eventuais prorrogações contratuais deverão observar o disposto na **Lei nº 14.133/2021**, inclusive quanto à possibilidade de extensão da vigência contratual, quando aplicável, **até o limite máximo previsto em lei**, devendo tal possibilidade ser considerada pelos licitantes na formulação de suas propostas, visando à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

#### 14. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Descrição sucinta dos itens	Quantidade	Período	Un. de medida	Prog.	Ação	Elemento de Desp.
Link de Internet Dedicado	01	12 meses	mensal	1015	2064	<b>3.3.90.40.05</b>

14.1. Cumpre informar que, considerando as fontes orçamentárias não decorrerem de recursos provenientes da União, não se vislumbrou a necessidade de publicação no Diário oficial da União - DOU.

#### 15. **CONDIÇÕES DO PAGAMENTO (LEI 14.133/21, ART.141, INCISO III)**

15.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da apresentação formal da respectiva documentação, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, depois da liquidação da despesa:

- a) Nota fiscal;
- b) Termo de Recebimento Definitivo;
- c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011);
- h) Certidão Negativa referente ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

15.2. No que se refere a exigência constante nas alíneas "c" a "g" serão aceitas certidões positivas com efeito negativas.

15.3. As Notas Fiscais/Faturas devem conter no corpo da Nota a descrição do objeto/serviços, o número do empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.

15.4. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.

15.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG, CNPJ: 04.798.328/0001-56** – Endereço: Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas – CEP 76801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, prédio curvo a esquerda, 6º andar.

15.6. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão dos valores, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar Nota Fiscal, para cobrança da parte controvertida com as devidas justificativas, neste caso, a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado.

15.7. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

- 15.8. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância da norma contida no art. 140, inciso II, alíneas **a e b**.
- 15.9. O **Estado de Rondônia**, pessoa jurídica de direito público interno, é responsável tributário por substituição, uma vez que é o tomador do serviço, estando **obrigado a reter e recolher o ISSQN**, inclusive multa e acréscimos legais ao município de Porto Velho, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte em outro município (art. 264, inciso II, Lei complementar municipal nº 878, de 17 de dezembro de 2021).
- 15.10. Os serviços provenientes deste Termo de Referências deverão estar em conformidade ao item 1.07 da Lista de Serviços da Lei Complementar nº. 116 de 31 de julho de 2003 e suas alterações.
- 15.11. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação formal da CONTRATADA, o preço contratado poderá sofrer reajuste somente após o interregno dos 12 (doze) meses, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI (IPEA) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.
- 15.12. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 15.13. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 15.14. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 15.15. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 15.16. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 15.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 15.18. O reajuste será realizado por apostilamento.
16. **CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E PAGAMENTO SEMELHANTES ÀS DO SETOR PRIVADO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO, DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (ART. 40, 14.133/21)**
- 16.1. Em atenção ao Art. 40, I da Lei 14.133/2021, consta a indicação neste Termo de Referência das condições de pagamento, bem como os prazos para adimplemento, vejamos:

- **Condições de Execução:** Item 13.
- **Condições de pagamento:** item 15 e subitens
- **Garantia prestado pelo fornecedor:** subitem 4.4
- **Da Garantia da Contratação:** subitem 26.13
- **Condições de recebimento do objeto:** item 13 e subitens

#### 17. **DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

- 17.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do serviço pela Contratada à outra empresa.
- 17.2. A vedação à subcontratação, cessão e/ou transferência neste projeto é essencial, não apenas para manter a alta qualidade e segurança na disponibilização dos domínios da SEPOG, mas também devido às especificidades do mercado

#### 18. **DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista o serviço a ser executado não ser de grande porte, tampouco execução técnica complexa, tornando operacionalmente inviável de ser executado por mais de uma empresa, não incidindo a aplicação do art. 15, da **Lei Federal Nº 14.133/21**. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o serviço a ser contratado envolver questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos mínimo de habilitação do edital.

#### 19. **DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS SOB A FORMA DE COOPERATIVA**

- 19.1. No caso de **cooperativa**: Visando garantir a regularidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados pela Administração Pública, citamos alguns dos principais motivos para a **vedação** à participação de cooperativas neste prego:
- a) Controle e responsabilização: Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração Pública busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pelos serviços prestados. Cooperativas são compostas por membros associados, e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e a continuidade dos serviços, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.
  - b) Segurança jurídica: A vedação evita situações ambíguas e potenciais questionamentos legais, uma vez que as cooperativas têm uma natureza peculiar e estão sujeitas a diferentes normas em comparação a outras formas de organização empresarial. Ao permitir a participação de cooperativas, poderia haver conflitos de interpretação sobre os direitos e deveres contratuais, afetando a segurança jurídica das contratações.
- 19.2. Diante do exposto, fica **vedado** a participação de empresa em forma de cooperativas.

#### 20. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

##### 20.1. **Da Forma de Seleção e critério de Julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio de licitação PREGÃO ELETRÔNICO, CUJO CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ O DE MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento em que a proposta mais vantajosa para a Administração é a de menor preço por item.

##### 20.2. **Da Validade da Proposta**

- 20.2.1. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de homologação do certame.
- 20.2.2. Decorridos 90 dias da data homologação do certame sem a convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

##### 20.3. **Do Regime de execução**

- 20.3.1. Não se aplica por não se tratar de obras e serviços de engenharia.

##### 20.4. **Do Modo de Disputa**

- 20.4.1. Aberto.

##### 20.5. **Da aplicação da margem de preferência**

- 20.5.1. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

##### 20.6. **Da apresentação de Amostra**

- 20.6.1. Não se aplica.

#### 21. **EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO**

##### 21.1. **Habilitação Jurídica**

- 21.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 21.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará

condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

21.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

21.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

21.1.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;

21.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

21.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

## 21.2. **Qualificação econômico financeiro**

21.2.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar os documentos relacionados a seguir, em conformidade com o artigo 69, da Lei 14.133/2021.

21.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 3% (três por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando.

21.2.3. A exigência de garantia ou de comprovação de capacidade econômico-financeira em percentual de 3% do valor estimado da contratação mostra-se adequada, proporcional e suficiente para resguardar a Administração quanto ao risco de inadimplemento contratual, sem, contudo, restringir indevidamente a competitividade do certame, em conformidade com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 28.874/2024. Trata-se de contratação de serviço comum de natureza continuada, amplamente ofertado no mercado de telecomunicações, com baixa complexidade operacional e elevada competitividade entre fornecedores. Nesse contexto, a adoção de percentual moderado — inferior ao limite máximo usualmente admitido pela legislação — evita a imposição de barreiras excessivas à participação de empresas, especialmente de médio porte, ao mesmo tempo em que assegura um nível mínimo de solidez financeira necessário à execução contratual.

21.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

21.2.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

21.2.6. O Balanço Patrimonial é necessário em função do caso não se enquadrar no Art. 70, III da Lei nº 14.133/21.

21.2.7. Certidão Negativa de Feitos sobre Falência nos termos da Lei 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, nos **últimos 90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

21.2.8. A exigência dos documentos de qualificação econômica e financeira constantes do item 21.2, são indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações do objeto deste Termo de Referência.

## 21.3. **Da Qualificação Técnica**

21.3.1. Para fins de qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, (declaração ou certidão) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto da licitação, em conformidade com o artigo 67, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/2021.

21.3.2. Considerando o quantitativo de aquisição para o item 1 do item 4.3 do TR, as empresas deverão apresentar atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já forneceu serviço assemelhados com o item, no percentual de 20% (vinte por cento).

21.3.3. Justifica-se os percentuais expressos nos itens acima, pois é necessário compreender o contexto de exigência de qualificação técnica, conforme previsto na Lei 14.133/2021, e a importância de garantir a idoneidade e a capacidade das empresas licitantes. A definição de percentuais, como os 20% mencionados, serve como um critério objetivo para avaliar a experiência prévia da empresa e sua capacidade de atender a demanda da contratação. O percentual de 20% é estabelecido para assegurar que a empresa participante tenha um histórico comprovado de fornecimento ou execução de serviços semelhantes ao objeto da licitação em escala proporcional. Isso significa que o licitante deve demonstrar que já executou, em algum momento, serviços equivalentes a pelo menos 20% daquilo que está sendo solicitado na licitação.

21.3.3.1. Dessa forma, o percentual de 20% para a comprovação de qualificação técnica está em conformidade com o princípio da razoabilidade e da isonomia, ao mesmo tempo que assegura a participação de empresas com experiência mínima comprovada e capacidade técnica compatível com o objeto da licitação.

21.3.4. Considerando o valor da contratação do item 7 do TR, as empresas deverão apresentar atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já forneceu serviço assemelhados com o item, no percentual de 20% (vinte por cento).

21.3.5. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora(razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade.

21.3.6. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista na lei federal nº 14.133/2021, para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do atestado.

21.3.7. A exigência dos documentos de qualificação técnica constantes do item 21.3, são indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações do objeto deste Termo de Referência.

## 22. **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

### 22.1. **Regularidade Fiscal**

22.1.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

22.1.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

22.1.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

22.1.4. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

22.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

22.1.6. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

### 22.2. **Do cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**

22.2.1. O licitante deverá apresentar declaração, relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

### 22.3. **Do cumprimento da Instrução Normativa nº 10/2025 (Imposto de Renda Retido na Fonte)**

22.3.1. A obrigação de retenção do Imposto de Renda alcançará todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos efetuados por órgãos da Administração Pública Direta do estado de Rondônia, autarquias e fundações públicas e, ainda, por empresas estatais dependentes.

22.3.2. Para que se formalize as hipóteses de isenção e imunidade tributária, o representante legal da Pessoa Jurídica contratada deverá apresentar, no momento da celebração do contrato, ajuste ou instrumento congênere, bem como no momento de eventuais prorrogações, Declaração ao estado de Rondônia, conforme os seguintes modelos:

- Declaração de Instituições Inscritas no Simples Nacional;
- Declaração de Instituições de Educação e Assistência Social e CEBAS;
- Declaração de Instituições de Caráter Filantrópico, Recreativo, Cultural, Científico e Associações Cívicas e CEBAS;

22.4. **Do cumprimento do disposto no inciso XVII do art. 92º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº14.133/2021.**

22.4.1. O licitante deverá apresentar declaração, relativa ao cumprimento do disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei nº14.133/21 para reserva de cargos prevista em lei, para pessoa com deficiência:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

22.5. **Do cumprimento do disposto no inciso VI do art. 67 a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº14.133/2021.**

22.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 23. PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS

23.1. Cumpre apontar que conforme o Estudo Técnico Preliminar (68584652), não se vislumbrou a possibilidade de exclusão de pessoas físicas, conforme previsto no art. 34, XIV do Decreto nº 28.874/2024.

23.2. No caso do licitante ser pessoa física deverá apresentar a documentação a seguir conforme previsto na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021:

I - certidões ou atestados de qualificação técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter as pessoas físicas fornecido os materiais ou prestado os serviços compatíveis com o objeto da licitação, conforme item 18.9 deste Termo de Referência;

II - apresentação pelo adjudicatário dos seguintes documentos:

a) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

b) prova de regularidade perante a Seguridade Social e trabalhista;

c) certidão negativa de insolvência civil;

d) declaração de que atende os requisitos do edital ou do aviso de contratação direta;

e) declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

III - exigência de a pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

IV - exigência do cadastramento da pessoa física no Sistema de Registro Cadastral Unificado (Sicaf).

Parágrafo único. O valor de que trata o inciso III deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

## 24. DAS OBRIGAÇÕES

### 24.1. Da Contratante

24.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

24.1.2. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis devendo, caso seja necessário, aplicar à mesma as penalidades legais cabíveis;

24.1.3. Caso a comissão ateste que o serviço não estejam dentro das especificações constantes do presente Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções.

24.1.4. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa fazer a entrega do serviço dentro das especificações técnicas recomendadas, suas quantidades e periodicidade solicitadas.

24.1.5. Fornecer à Contratada, todos os esclarecimentos necessários sobre a entrega do serviço e demais informações que estes venham a solicitar;

24.1.6. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o serviço deste termo de referência, através de representantes designados pela SEPOG;

24.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

### 24.2. Da Contratada/Fornecedor

24.2.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir:

24.2.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.

24.2.3. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 18, parágrafo 1º da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

24.2.4. Além das demais obrigações exigidas em Lei a empresa deverá:

24.2.5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratadas, nos termos da legislação vigente;

24.2.6. Entregar os serviços nas especificações contidas neste Termo de Referência;

24.2.7. Entregar o serviço na forma e prazo estipulado;

24.2.8. Entregar o serviço nas quantidades indicadas neste TR;

24.2.9. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do serviço;

24.2.10. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE,

24.2.11. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o serviço a ser adquirido, sobre tudo qualquer dificuldade encontrada;

24.2.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

24.2.13. A contratada deverá substituir, às suas expensas os serviços rejeitados.

24.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

24.2.15. Realizar todo o suporte e intermediação com o fabricante no idioma português Brasil.

## 25. SANÇÕES

25.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas neste Termo de Referência.

25.2. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas nos art. 155 ao art. 163 da Lei nº 14.133/2021, assim como as descritas no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, garantindo a prévia defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal. Dentre as penalidades, tem-se:

- I - advertência;
- II - multa moratória;
- III - multa contratual;
- IV - impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e
- V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25.3. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- XIII - se recusar a Receber empenho;
- XIV - não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos/realização serviços;
- XV - Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;
- XVI - Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;
- XVII - Deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- XVIII - Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos na tabela do item 25.11.

25.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

25.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

25.6. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial deste Termo de Referência, a Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa, sobre a parcela inadimplida da presente contratação.

25.7. A multa será calculada na forma do termo de referência ou documento equivalente, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 25.3 e nos termos do art. 155 ao art. 163 da Lei nº 14.133/2021 e será calculada com base no quadro SANÇÕES - **item 25.11**.

25.8. A advertência deverá ser aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

25.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 25.3 incisos: II, III, IV, V, VI, e VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

25.10. A sanção declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 25.3 inciso: VIII ao XVIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Art. 155 da Lei 14.133/21 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do artigo 156 da Lei 14.133, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

25.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

SANÇÕES		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE PECUNIÁRIA - MULTA *
I	dar causa à inexecução parcial do contrato com a entrega incompleta dos materiais/serviços ou deixar de providenciar reposição complementar;	Multa de 1,6% por dia, por ocorrência.
II	dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	Multa de 4,0%, por ocorrência.
III	dar causa à inexecução total do contrato;	Multa de 10%
IV	deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	Multa de 4% sobre o valor contratado
V	não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	Multa de 0,5% por dia, por item e por ocorrência.
VI	não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Multa de 1,0% por dia, por item e por ocorrência.
VII	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	Multa de 1,6 % por dia.
VIII	apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	Multa de 1,0% por dia, por ocorrência.
IX	fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Multa de 1,0% por dia, por ocorrência.
X	comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Multa de 3,0% por dia, por ocorrência.
XI	praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	Multa de 1% sobre o valor contratado
XII	praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;	Multa de 10% sobre o valor contratado
XIII	se recusar a Receber empenho	multa de até 10% sobre o valor total adjudicado.
XIV	não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos/realização serviços	multa de até 5% sobre o valor total adjudicado, por ocorrência;
XV	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	1,6% por dia
XVI	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	Multa de 4% sobre o valor contratado por ocorrência.
XVII	Deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;	1,0% por dia, por dia e por ocorrência;
XVIII	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas.	3,0% por dia, por ocorrência

\* Incidente sobre a Parte Inadimplida



- 25.12. Após 16º (décimo sexto) dia da falta de entrega do objeto, será considerada inexecução total da contratação, o que ensejará a rescisão contratual.
- 25.13. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 25.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 25.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo se ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.
- 25.16. A sanção de advertência e a imposição de multa até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado poderá ser aplicada diretamente pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização, assim como a constituição em mora do contratado em caso de inexecução do contrato, nos termos do Parágrafo Único do art. 185 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 25.17. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021, cumuladas ou não com multa, deverá ser precedida de processo administrativo, a ser conduzido por comissão integrada, no mínimo, por dois servidores públicos estáveis, respeitando os termos do art. 186 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 25.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, por meio de processo administrativo de responsabilização - PAR, observado o rito procedimental específico nos termos do art. 187 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 25.19. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.
- 25.20. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 25.21. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 25.22. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 25.23. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 25.24. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 25.25. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que **assegurar o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

## **26. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

- 26.1. A formalização da contratação se dará através de Contrato Administrativo, conforme disposto no Art. 92 e 95 da Lei nº 14.133/21.
- 26.2. Administração convocará o interessado para assinatura do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data da ciência ao chamamento, firmar o instrumento nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21.
- 26.3. A convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte Contratada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo **justificado** e aceito pela Administração.
- 26.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas, prevista no artigo 90, parágrafo 2º da Lei 14.133/21.
- 26.5. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitindo inclusive a negociação com o contratado.
- 26.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante estabelecidas na Lei. 14.133/21.
- 26.7. Toda e qualquer modificação, redução ou acréscimo nas disposições do Contrato será formalizada através de Termo Aditivo, exceto as previstas no artigo 136 da Lei 14.133/93.
- 26.8. É obrigação do contratado durante toda execução do serviço prestado ter compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, além de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 26.9. Para critério de reajuste, deverão retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais (Item 15.11), desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplimento de cada parcela.
- 26.10. **Do reajuste**
- 26.10.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação formal da CONTRATADA, o preço contratado poderá sofrer reajuste após o interregno de 12 (doze) meses, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI (IPEA) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 26.10.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 26.10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 26.10.4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 26.10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 26.10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 26.10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 26.10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 26.11. **Dos acréscimos e Supressão Contratual**
- 26.11.1. A Contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, da Lei 14.133/2021 e aqueles determinados no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 26.12. **Da Rescisão Contratual**
- 26.12.1. Os casos de rescisão de contrato serão aqueles regidos na Lei nº 14.133 de 2021 e no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 26.12.2. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Título III, Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:
- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 26.12.3. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura ao Contratante o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

26.12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

#### 26.13. **Garantia Contratual**

26.13.1. No presente caso, não haverá exigência da garantia da contratação nos moldes do artigo 96 e seguintes da lei nº 14.133/2021, pois conforme previsão no dispositivo sua exigência constitui uma faculdade da administração, que deve ser analisada, em cada caso, os riscos que a contratação pode trazer, ou seja, está relacionada a complexidade do objeto/serviço, vulto da contratação e aos potenciais riscos oriundo da execução do contrato.

26.13.2. Assim, a equipe de planejamento ao elaborar o Estudo Técnico Preliminar - ETP e validar a viabilidade da contratação, analisou os riscos associados à contratação, e em função de não existir histórico ou situação de risco relacionada à exigência de garantia, foi identificado pela equipe técnica a dispensabilidade de sua exigência, pois representaria um ônus desnecessário a ser suportado pelo contratado.

#### 27. **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

27.1. A fiscalização do contrato será realizado por comissão designada pela administração pública, que irá fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 117, da Lei 14.133/21, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionados a execução do contrato.

27.2. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo se depender de modificação de cálculo ou teste, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso;

27.3. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

27.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do objeto/serviço, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art 117 e 140 da Lei 14.133 de Abril de 2021.

27.5. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do serviço e do contrato.

27.6. A verificação da adequação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

27.7. A fiscalização será feita por uma comissão especialmente nomeada para este fim pela **Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**, através de portaria a ser publicada no diário oficial do Estado.

27.8. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, conforme § 3º, da Lei 14.133/21.

#### 27.9. **Gestor do Contrato**

27.9.1. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

27.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

#### 28. **DA ADOÇÃO DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO, COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E ARBITRAGEM PARA A SOLUÇÃO DE LITÍGIO**

Conforme o caput do art. 151 da Lei 14.133/21, é facultada à Administração utilizar os meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias em suas contratações, por outro lado, o parágrafo único exige que tais meios sejam aplicados às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis.

Dessa forma, caso necessário, será adotado os meios alternativos de resolução de controvérsias, tendo em vista que o objeto a ser licitado possui valor econômico e pode ser comercializado ou transacionado livremente por seus titulares, obtendo assim uma maior celeridade na solução dos conflitos no âmbito administrativo, evitando o custo e a morosidade do Poder Judiciário.

#### 29. **DA PROPRIEDADE INTELECTUAL - ARTIGO 42 DO DECRETO ESTADUAL 28.874/2024**

29.1. Considerando que o objeto desta contratação consiste na prestação de **serviço de link dedicado de acesso à internet**, com fornecimento de conectividade, garantia de banda contratada, disponibilidade, monitoramento, suporte técnico e demais níveis de serviço (SLA) estabelecidos, pelo período a ser definido no instrumento contratual, não se trata de desenvolvimento de solução tecnológica sob encomenda, nem de criação de software, sistema ou produto intelectual específico para a Administração, mas de contratação de serviço continuado de telecomunicações, regido por normas setoriais e pelas condições técnicas e regulatórias aplicáveis.

29.2. Assim, nos termos do **art. 42 do Decreto Estadual nº 28.874/2024**, todos os direitos de propriedade intelectual eventualmente relacionados a softwares, sistemas de gerenciamento de rede, plataformas de monitoramento, ferramentas de autenticação, equipamentos, firmwares, tecnologias, marcas, nomes comerciais, metodologias e demais ativos intangíveis utilizados pela CONTRATADA para a prestação do serviço permanecem de titularidade exclusiva de seus respectivos proprietários, não havendo cessão, transferência ou compartilhamento de titularidade à Administração.

29.3. À Administração será assegurado, durante a vigência contratual, tão somente o direito de uso dos serviços contratados, incluindo acesso aos relatórios de desempenho, registros de disponibilidade, painéis de acompanhamento e demais informações necessárias à fiscalização e gestão contratual, não implicando tal acesso qualquer transferência de direitos de propriedade intelectual sobre sistemas, tecnologias ou soluções utilizadas pela CONTRATADA.

29.4. Eventuais customizações operacionais necessárias à adequada prestação do serviço, quando aplicáveis, não caracterizam desenvolvimento intelectual passível de cessão, permanecendo igualmente sob titularidade da CONTRATADA ou de terceiros licenciantes, conforme o caso, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes.

#### 30. **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI N 13.709/2018 - LGPD E DA LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 DE ACESSO A INFORMAÇÃO - LAI**

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei 13.709, estabelece uma série de princípios e requisitos relacionados à segurança dos dados pessoais. O respeito à segurança dos dados é de extrema importância por várias razões:

- **Proteção dos Direitos Individuais:** A LGPD visa proteger os direitos e liberdades dos titulares dos dados pessoais. Isso significa que as informações pessoais de indivíduos devem ser tratadas de forma a evitar acessos não autorizados, prevenindo assim a violação de seus direitos à privacidade e à proteção de dados.
- **Prevenção à Fraude e à Segurança do Titular:** A lei permite o tratamento de dados sensíveis quando necessário para garantir a prevenção à fraude e a segurança dos titulares. Isso é fundamental para proteger as pessoas contra crimes e atividades fraudulentas.
- **Pesquisas em Saúde Pública:** A LGPD reconhece a importância das pesquisas em saúde pública, mas exige que esses dados sejam tratados em ambiente controlado e seguro, garantindo a confidencialidade e a segurança das informações dos indivíduos envolvidos.
- **Responsabilidade:** A lei estabelece a responsabilidade dos controladores e operadores de dados pessoais em garantir a segurança da informação. Qualquer violação de segurança que resulte em danos aos titulares de dados é de responsabilidade do controlador ou operador.
- **Relatório de Impacto à Proteção de Dados:** A autoridade nacional de proteção de dados pode exigir que as organizações elaborem relatórios de impacto à proteção de dados, incluindo a descrição das medidas de segurança adotadas. Isso incentiva as empresas a investirem em segurança da informação.
- **Obrigações Permanentes:** A LGPD estabelece que a obrigação de garantir a segurança dos dados pessoais continua mesmo após o término do tratamento dos dados. Isso significa que as organizações devem manter a segurança das informações mesmo após sua utilização inicial.

Em resumo, a LGPD enfatiza a importância da segurança dos dados pessoais como um elemento essencial para a proteção dos direitos individuais, a prevenção de fraudes, a pesquisa em saúde pública e a responsabilidade das organizações. Adotar medidas de segurança adequadas não apenas ajuda a cumprir a lei, mas também constrói a confiança dos titulares de dados e protege a reputação das organizações.

#### 31. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

A contratação de **serviço de link dedicado de acesso à Internet**, por meio de fibra óptica, caracteriza-se como uma solução de conectividade cuja execução, por sua natureza, **não gera impacto ambiental significativo**, uma vez que se baseia predominantemente na transmissão digital de dados por meio de infraestrutura de telecomunicações já existente ou consolidada.

A prestação do serviço ocorre em ambiente essencialmente digital e virtual, no qual a comunicação de dados, o acesso a sistemas e o tráfego de informações são realizados eletronicamente, sem a necessidade de consumo contínuo de materiais físicos ou insumos que resultem na geração direta de resíduos sólidos ou poluentes.

Ademais, o uso de link dedicado de alta capacidade contribui para a otimização de processos administrativos e operacionais, ao viabilizar a digitalização de serviços, o uso de sistemas eletrônicos, a comunicação remota e o compartilhamento seguro de informações, reduzindo a necessidade de deslocamentos, impressões e utilização de materiais como papel, tintas e outros insumos tradicionalmente associados a processos analógicos.

Ressalta-se, ainda, que a tecnologia de fibra óptica apresenta maior eficiência energética e menor impacto ambiental quando comparada a outras tecnologias de transmissão de dados, além de permitir maior durabilidade da infraestrutura e menor necessidade de intervenções corretivas frequentes.

Dessa forma, a contratação do serviço de link dedicado de acesso à Internet alinha-se aos princípios do **desenvolvimento sustentável**, ao promover a modernização tecnológica, a eficiência administrativa e a redução indireta do consumo de recursos naturais, em consonância com as boas práticas ambientais adotadas pela Administração Pública.

## 32. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 32.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos aplicando-se a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.
- 32.2. Ocorrendo fato novo decorrente caso fortuito ou força maior, nos termos previstos na legislação vigente, que obste o cumprimento pela contratada dos prazos e demais obrigações aqui estatuídas a mesma ficará isenta das multas e penalidade pertinentes.
- 32.3. As partes contratantes elegem o foro de Porto Velho/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriunda do contrato, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa.

### Elaboração:

**ROBERTA SILVA DOS SANTOS GONÇALVES**  
Chefe de Núcleo de Planejamento de Compras e Contratos - SEPOG-NPCC

**NATÁ JOSÉ FERREIRA DE MORAIS**  
Assessor SEPOG/ASTIC  
Portaria nº 117 de 09 de fevereiro de 2026 ( 69019901)

### Revisão:

**VALDEMIR COSTA ARAÚJO**  
Gerente de Compras, Licitações e Contratos - SEPOG

### APROVO:

Após análise, aprovo o Termo de Referência, considerando que a necessidade da Unidade demandante foi analisada e os parâmetros para a contratação foram definidos em observância aos princípios da licitação, demonstrando assim o atendimento do interesse público. Tal documento cumpre a determinação expressa no §1º do art. 40, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e nos arts. 45 e 46 do Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

**ANA CLÁUDIA SALES PINHEIRO**  
Diretora Executiva da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG  
Delegação de Competência da Portaria nº 361, de 04 de maio de 2026 ( 71787964)



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLÁUDIA SALES PINHEIRO**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 06/05/2026, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR COSTA ARAUJO**, **Gerente**, em 06/05/2026, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTA SILVA DOS SANTOS**, **Chefe de Núcleo**, em 06/05/2026, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natá José Ferreira de Moraes**, **Assessor(a)**, em 06/05/2026, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71700335** e o código CRC **938D09B1**.

Processo - 0035.000099/2026-90							
ITEM DE VERIFICAÇÃO	RISCOS	PROBABILIDADES	CONSEQUÊNCIAS	NÍVEL DE RISCO	EFEITO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	OBSERVAÇÕES
1	Falta de orçamento da SEPOG para realização da ação	Rara	relevante	Médio	Ausência de orçamento para efetivação da aquisição	Negociar com a Administração a destinação e priorização de recursos orçamentários para a ação.	
2	Atraso na instalação e ativação do serviços.	Rara	Muito relevante	Alto	Falta de conexão com internet	Antecipar a negociação com o fornecedor para evitar atrasos	
3	Não fornecimento da solução adquirida (Inexecução contratual).	RARA	Muito relevante	Alto	Inviabilização da ação.	Aplicar as penalidades contratuais; Buscar nova alternativa de aquisição	
4	Falta de pessoal para instrução e acompanhamento da ação.	frequente	Muito relevante	Extremo	Atraso na ação e comprometimento na execução orçamentária.	Negociar com o Comitê de TIC a priorização das ações da TI e a ampliação dos recursos humanos disponíveis.	

<b>Frequência</b>	<b>Significado</b>	<b>Expressão</b>
<b>Raríssima</b>	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.	0,1
<b>Rara</b>	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.	0,35
<b>Eventual</b>	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.	0,7
<b>Frequente</b>	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente, mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação.	1

<b>Impacto</b>	<b>Significado</b>	<b>Expressão</b>
<b>Irrelevante</b>	Degradação na operação do processo de contratação, porém causando impactos mínimos para o órgão/entidade (em termos financeiros, danos à imagem, afetação da qualidade do processo de contratação).	10
<b>Pouco relevante</b>	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos no órgão/entidade.	20
<b>Relevante</b>	Interrupção do processo de contratação, causando impactos significativos para o órgão e entidade, porém passível de recuperação.	50
<b>Muito relevante</b>	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão/entidade.	100

Consequência	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Relevante	Baixo	Médio	Alto	Extremo
Pouco relevante	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			

Consequência	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	10	35	70	100
Relevante	5	17,5	35	50
Pouco relevante	2	7	14	20
Irrelevante	1	3,5	7	10
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			



NÍVEL DE RISCO	NÚMERO DE RISCOS	PERCENTUAL
Insignificante	0	0%
Baixo	0	0%
Médio	1	25%
Alto	2	50%
Extremo	1	25%
TOTAL	4	100%



# MINUTA



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Procuradoria Geral do Estado - PGE

Procuradoria Geral junto à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - PGE-SEPOG

### MINUTA DE CONTRATO

#### \* MINUTA DE DOCUMENTO

**CONTRATANTE:** O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.798.328/0001-56, com sede na Av. Farquar, 2986, Complexo Administrativo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 6º andar, Bairro Pedrinhas, CEP: 76801-470, Porto Velho – RO, neste ato representado pela Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, a Sra. (...), portadora do CPF/MF sob o nº (...) ou por seu substituto legal, em casos de afastamento, na presença ou impedimento desta.

**CONTRATADO:** A empresa (...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...), aqui representada por seu titular, o Sr. (...), inscrito sob o RG nº (...) e CPF nº (...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada através da documentação presente nos autos de id. (...).

Celebram o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, em atendimento ao pedido sob a id. (...), o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 28.874/24 e demais normas pertinentes, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO por lote, vinculando-se aos termos do Termo de Referência (...), da Proposta da Contratada (...), do Termo de Adjudicação e Homologação (...) e do Processo Administrativo Eletrônico nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet, por meio de infraestrutura em fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, 14 endereços IP públicos válidos, alta disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS), incluindo implantação, ativação, monitoramento, suporte técnico e manutenção, destinados a atender às necessidades institucionais da SEPOG, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

#### 1.2. Da vinculação:

1.2.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, além do disposto no Termo de Referência (id. \_\_\_\_), o disposto no Estudo Técnico Preliminar (id. \_\_\_\_), na proposta da CONTRATADA (id. \_\_\_\_), do Termo de Adjudicação e Homologação (...), decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ (id. \_\_\_\_), e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito nesta cláusula.

#### 1.3. Das especificações técnicas e quantidades:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CATMAT
------	---------------	---------	------------	--------

01	Serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet, por meio de fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, endereços 14 IP públicos válidos, garantia de alta disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques DDoS. Velocidade 1Gbps	Mensal	12	26506
----	---	--------	----	-------

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL, ENTREGA E PRAZO DE EXECUÇÃO DE RECEBIMENTO

2.1. As informações do Local de Entrega/Execução estão previstas no **item 13** do Termo de Referência.

2.2. O local de entrega do serviço será no Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Pacaa's, 4º andar, onde funciona a Assessoria de Tecnologia da SEPOG, sito a Av. Farquar, 3056 - Bairro: Pedrinhas – CEP: 76801-470 – Porto Velho – RO. Horário: 08h00min às 13h30min de segunda a sexta-feira.

2.3. O prazo de entrega dos serviços deverá ser de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de assinatura do Contrato.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O serviço será recebido por uma comissão Especial de Recebimento, atendendo ao seguinte cronograma, conforme disposição do artigo 140, inciso I da Lei 14.133/21:

a) **Provisoriamente**, até **05 (cinco) dias úteis**, para posterior verificação da entrega dos objetos, com as especificações deste termo de referência, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.

b) **Definitivamente**, até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação da compatibilidade das especificações dos objetos entregue mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo devidamente assinado pela comissão.

3.1.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança durante a prestação do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual.

3.1.2. A critério exclusivo da Comissão de Recebimento, poderão ser realizados testes nos serviços de internet de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência.

3.1.3. Sendo satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo.

3.1.4. Caso insatisfatório, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações, onde a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar a respeito das desconformidades. Findado o prazo para manifestação, a Contratada deverá substituir o objeto dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

3.1.5. Caso a substituição não ocorra neste prazo, a contratada incorrendo em atraso na entrega, estará sujeita à aplicação das sanções previstas.

3.1.6. Todos os custos de substituição do serviço, caso rejeitada, ocorrerão exclusivamente as expensas da Contratada.

3.1.7. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço fornecido, cabendo-lhe sanar qualquer irregularidade detectada quando da utilização do mesmo.

3.1.8. Todas as despesas com taxas, impostos, encargos incidentes, deverão ser inclusos no preço da proposta e em hipótese alguma poderão ser cobrado em separado quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura.

3.1.9. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório/Termo de Recusa, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a

execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

#### 4. **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma e nos limites previstos na Lei nº 14.133/2021, desde que reste demonstrada, mediante manifestação da autoridade competente, a manutenção da vantajosidade das condições contratuais e dos preços praticados para a Administração, facultada a realização de negociação com a contratada.

#### 5. **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. As formas e condições de pagamento estão descritas nos **item 15** do Termo de Referência (...) e seus anexos.

5.2. É condição para pagamento a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota fiscal;
- b) Termo de Recebimento Definitivo;
- c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011);
- h) Certidão Negativa referente ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

5.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento definitivo e da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA.

5.4. No que se refere a exigência constante nas alíneas "c" a "g", serão aceitas certidões positivas com efeito negativas.

5.5. As Notas Fiscais/Faturas devem conter no corpo da Nota a descrição dos certificados, o número do empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.

5.6. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.

5.7. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG**, CNPJ n. 04.798.328/0001-56 – Endereço: Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas – CEP 76801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, prédio curvo a esquerda, 6º andar.

5.8. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado.

5.9. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

5.10. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

**EM = I x N x VP, onde:**

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR**

6.1. O valor desta contratação é de R\$ **VALOR NUMÉRICO (VALOR POR EXTENSO)**, conforme a Declaração de Adequação Financeira (...).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas com a prestação de que trata o objeto deste Contrato, conforme Declaração de Adequação Financeira (id. XXXXX) e Nota de Empenho n. XXXXX (id. XXXXX), sairão do seguinte crédito orçamentário: Cód. U.O.: XXXXX; Programa de Trabalho: XXXXX; Natureza de Despesa: XXXXX; e Fonte de Recursos: XXXXX.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no **item 24.2** do Termo de Referência, a seguir transcritas:

8.1.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 18, parágrafo 1º da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8.1.3. Além das demais obrigações exigidas em Lei a empresa deverá:

8.1.4. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratadas, nos termos da legislação vigente;

8.1.5. Entregar os serviços nas especificações contidas neste Termo de Referência;

8.1.6. Entregar o serviço na forma e prazo estipulado;

8.1.7. Entregar o serviço nas quantidades indicadas neste TR;

8.1.8. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do serviço;

8.1.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

8.1.10. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o serviço a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada.

8.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.12. A contratada deverá substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua execução ou dos materiais nele empregados, bem como aqueles que forem rejeitados pela Comissão de Fiscalização, Controle, Avaliação e Recebimento de serviços.

8.1.13. Realizar todo o suporte e intermediação com o fabricante no idioma português Brasil.

8.1.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme artigo 92, inciso XVII da lei 14.133/2021.

8.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

## **9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto no **item 24.1** do Termo de Referência, a seguir transcritas:

9.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

9.1.2. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis devendo, caso seja necessário, aplicar à mesma as penalidades legais cabíveis;

9.1.3. Caso a comissão ateste que o objeto/serviço não estejam dentro das especificações constantes do presente Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções.

9.1.4. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa fazer a entrega dos objetos dentro das especificações técnicas recomendadas, suas quantidades e periodicidade solicitadas.

9.1.5. Fornecer à Contratada, todos os esclarecimentos necessários sobre a entrega dos objetos e demais informações que estes venham a solicitar;

9.1.6. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o objeto deste termo de referência, através de representantes designados pela SEPOG;

9.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS**

10.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no Termo de Referência.

10.2. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas nos art. 155 ao art. 163 da Lei nº 14.133/2021, assim como as descritas no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, garantindo a prévia e ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal. Dentre as penalidades, tem-se:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa contratual;

IV - impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. São exemplos de infrações administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133/21:

a) entrega incompleta dos materiais/serviços ou deixar de providenciar reposição

complementar; por ocorrência;

b) atraso na entrega dos materiais/serviços;

c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

d) dar causa à inexecução total do contrato;

e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

f) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

g) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

m) recusar-se a receber o empenho;

n) não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos/realização dos serviços;

o) recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado, por ocorrência;

p) destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes, por ocorrência;

q) deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, por dia e por ocorrência.

r) deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência.

10.4. Na aplicação das sanções serão consideradas:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do instrumento de contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **Contratada multa** (Tabela – **item 10.12**), sobre a parcela inadimplida do contrato.

10.7. A advertência deverá ser aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

10.8. A multa será calculada na forma do termo de referência ou documento equivalente, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 10.3** e nos termos do art. 155 ao art. 163 da Lei nº 14.133/2021 e será calculada com



base no quadro SANÇÕES - **item 10.12.**

10.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **item 10.3** incisos: II, III, IV, V, VI, e VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.10. A sanção declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **item 10.3** inciso: VIII ao XVIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Art. 155 da Lei 14.133/21 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do artigo 156 da Lei 14.133, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.11. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

10.12. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

SANÇÕES		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE PECUNIÁRIA - MULTA *
I	Dar causa à inexecução parcial do contrato com a entrega incompleta dos materiais/serviços ou deixar de providenciar recomposição complementar;	Multa de 1,6% por dia, por ocorrência.
II	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	Multa de 4,0%, por ocorrência.
III	Dar causa à inexecução total do contrato;	Multa de 10%
IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	Multa de 4% sobre o valor contratado
V	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	Multa de 0,5% por dia, por item e por ocorrência.
VI	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Multa de 1,0% por dia, por item e por ocorrência.
VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	Multa de 1,6 % por dia.
VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	Multa de 1,0% por dia, por ocorrência.
IX	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Multa de 1,0% por dia, por ocorrência.
X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Multa de 3,0% por dia, por ocorrência.
XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	Multa de 1% sobre o valor contratado
XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Multa de 10% sobre o valor contratado
XIII	Se recusar a Receber empenho	multa de até 10% sobre o valor total adjudicado.
XIV	Não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos/realização serviços	multa de até 5% sobre o valor total adjudicado.

SANÇÕES		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE PECUNIÁRIA - MULTA *
XV	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	1,6% por dia
XVI	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	Multa de 4% sobre o valor contratado
XVII	Deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	1,0% por dia, por dia e por ocorrência;
XVIII	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência.	3,0% por dia, por ocorrência

**\* Incidente sobre a Parte Inadimplida**

10.13. Após **16º (décimo sexto)** dia da falta de entrega do objeto, será considerada inexecução total da contratação, o que ensejará a rescisão contratual.

10.14. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.15. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

10.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

10.17. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo se ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

10.18. A sanção de advertência e a imposição de multa até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado poderá ser aplicada diretamente pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização, assim como a constituição em mora do contratado em caso de inexecução do contrato, nos termos do Parágrafo Único do art. 185, do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

10.19. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156, da Lei n. 14.133/21, cumuladas ou não com multa, deverá ser precedida de processo administrativo, a ser conduzido por comissão integrada, no mínimo, por dois servidores públicos estáveis, respeitando os termos do art. 186 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

10.20. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, por meio de processo administrativo de responsabilização - PAR, observado o rito procedimental específico nos termos do art. 187, do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

10.21. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.22. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

10.23. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.24. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho) dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

10.25. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente.

10.26. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que **assegurar**á o **contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA**

11.1. Todos os serviços comuns ofertados, no que couber, deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

11.2. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à CONTRATADA relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

11.3. Não haverá exigência da garantia da contratação, nos moldes do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

12.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação formal da CONTRATADA, o preço contratado poderá sofrer reajuste após o interregno de 12 (doze) meses, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI (IPEA) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.8. A CONTRATANTE poderá realizar acréscimos e supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitando os limites do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

Na execução dos serviços, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade, conforme disposições constantes no **item 31** do Termo de Referência.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

14.1. O acompanhamento e fiscalização do Contrato serão realizados conforme descritos no **item 27** do Termo de Referência, abaixo transcritos:

14.1.1. A fiscalização do contrato será realizado por comissão designada pela administração pública, que irá fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 117, da Lei 14.133/21, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato.

14.1.2. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo se depender de modificação de cálculo ou teste, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso.

14.1.3. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

14.1.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do serviço, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do serviço, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 117 e 140 da Lei 14.133 de Abril de 2021.

14.1.5. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do serviço e do contrato.

14.1.6. A verificação da adequação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.1.7. A fiscalização será feita por uma comissão especialmente nomeada para este fim pela **Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**, através de portaria a ser publicada no diário oficial do Estado.

14.1.8. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, conforme § 3º, da Lei 14.133/21.

14.1.9. O gestor do contrato designado por Portaria, tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle do contrato, nos termos do art. 20 e incisos Decreto nº 28.874/24 que regulamenta as contratações públicas do Estado de Rondônia.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

15.1. As partes obrigam-se a observar e cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando todas as medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais tratados em decorrência deste instrumento, de modo a resguardar os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade dos titulares dos dados, nos termos do **item 30** do Termo de Referência.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

16.1. Os casos de rescisão de contrato serão aqueles regidos na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

16.1.1. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura ao Contratante o direito de extinguir o instrumento contratual a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

16.3. A CONTRATADA reconhece os direitos em caso de **EXTINÇÃO DOS CONTRATOS** administrativos, previstos no art. 137, da Lei nº 14.133/21.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

17.1. É vedada a subcontratação, cedência ou transferência, total ou parcial da execução do objeto contratado.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

18.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ADOÇÃO DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO, COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E ARBITRAGEM PARA A SOLUÇÃO DE LITÍGIO**

19.1. Nos termos do art. 151 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá adotar meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias decorrentes da execução deste contrato, inclusive conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas e arbitragem, observados os princípios da legalidade, eficiência, razoabilidade e interesse público, restringindo-se a utilização de tais mecanismos às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, na forma da legislação aplicável.

19.2. A instauração de procedimento de conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas ou arbitragem dependerá de prévia avaliação de conveniência e oportunidade pela Administração Pública, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

20.1. As questões suscitadas que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Porto Velho/RO, sem prejuízo de nenhum outro, por mais privilégios que tenha, para dirimir as dúvidas e questões que possam surgir em decorrência da aplicação das condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

21.1. Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

**22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1. Incumbirá à Procuradoria-Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento na imprensa oficial.

22.2. Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, o qual, após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria-Geral do Estado.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

**Termo com visto do Procurador do Estado.**

Ato administrativo de visto é o ato administrativo unilateral em que a PGE atesta a legitimidade formal do contrato.



Documento assinado eletronicamente por ANA CLÁUDIA SALES PINHEIRO, Diretor(a) Executivo(a), em 18/05/2026, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71949126** e o código CRC **36BE46CF**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0035.000099/2026-90

SEI nº 71949126



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Núcleo de Planejamento de Compras e Contratos - SEPOG-NPCC

### SAMS

**Órgão Requisitante:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão-SEPOG

**Setor Requisitante:** SEPOG/ASTIC

**Objeto:** Contratação de serviços: **Link de Internet dedicado**, conforme segue a descrição abaixo:

**Nº do processo:** 0035.000099/2026-90

Item	Especificação	Unidade	Período	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet, por meio de fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, endereços 14 IP públicos válidos, garantia de alta disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques DDoS. Velocidade 1Gbps	Serviço Mensal	12 meses		

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	<b>USO EXCLUSIVO DA ACP/GC/SEPOG</b>	Valor da Proposta:
	Data:	Fone:		Validade Proposta:



	Banco:		
	Agência:		Prazo de Entrega:
	C/C:	Assinatura:	

**ESTEFANE FERREIRA ESTEVAM MARINHO**

Diretora Executiva da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Delegação de Competência da Portaria nº 210 de 02 de maio de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Estefane Ferreira Estevam Marinho, Diretor(a) Executivo(a)**, em 24/03/2026, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70155560** e o código CRC **533663F4**.

**Referência:** Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0035.000099/2026-90

SEI nº 70155560

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A) MENSAL	QUANT ANUAL	EMP 1 (NBS)	EMP 2 (BANCO DE PREÇOS)	EMP 3 (BANCO DE PREÇOS)	EMP 4 (BANCO DE PREÇOS)	EMP 5 (BANCO DE PREÇOS)	EMP 6 (BANCO DE PREÇOS)	EMP 7 (BANCO DE PREÇOS)	EMP 8 (BANCO DE PREÇOS)	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MEDIO)	SUBTOTAL GERAL ANUAL	SUBTOTAL GERAL [F + G] MENSAL.2
1	Serviço contínuo de link dedicado de acesso à Internet, por meio de fibra óptica, com banda totalmente dedicada, conexão simétrica, endereços 14 IP públicos válidos, garantia de alta disponibilidade, níveis mínimos de serviço (SLA) e mecanismos de mitigação de ataques DDoS. Velocidade 1Gbps	serviços	1	12	10,000.00	7,200.00	10,974.72	10,600.00	10,500.00	3400*	3350*	7,500.00	7,200.00	R\$ 9,462.45	10,250.00	1,668.31	17.63%	MEDIO	R\$ 113,549.40	R\$ 9,462.45
													VALOR TOTAL MENSAL			R\$		9,462.45		
													VALOR TOTAL ANUAL			R\$		113,549.40		
<div>LEGENDA: NC = Não encontrado</div> <div>NOTA EXPLICATIVA: IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES</div> <div>EMP1 NBS SERVIÇOS EMP2 BANCO DE PREÇOS EMP3 BANCO DE PREÇOS EMP4 BANCO DE PREÇOS EMP5 BANCO DE PREÇOS EMP6 BANCO DE PREÇOS EMP7 BANCO DE PREÇOS EMP8 BANCO DE PREÇOS</div> <div>1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência ().</div>																				